

FRANCO RAJER

A REALIDADE SEMIOLÓGICA DA ANOMIA

**UNICAMP
2011**

FRANCO RAJER

A REALIDADE SEMIOLÓGICA DA ANOMIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa Dra. Edwiges Maria Morato

**UNICAMP
2011**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

R137p	Rajer, Franco. A realidade semiológica da anomia / Franco Rajer. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011. Orientador : Edwiges Maria Morato. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Anomia. 2. Afasiologia. 3. Sociocognitismo. I. Morato, Edwiges Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
	tjj/iel

Título em inglês: The semiological reality of anomia.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Anomia, Aphasiology, Social Cognitivism.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Edwiges Maria Morato (orientadora), Profa. Dra. Sandra Elisabete de Oliveira Cazalato e Prof. Dr. Cícero Romão Rezende de Araújo..

Data da defesa: 24/02/2011.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Edwiges Maria Morato

Edwiges Maria Morato

Sandra Elisabete de Oliveira Cazalato

Sandra E. de O. Cazalato

Cícero Romão Rezende de Araújo

Cícero Romão Rezende de Araújo

Monica Graciela Zoppi Fontana

Heronides Maurílio de Melo Moura

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Edwiges Morato pela extrema diligência e compreensão como orientadora, lembrando que sua dedicação, inteligência e erudição inspiraram este trabalho e irão inspirar muitos outros. Sou grato também ao amigo Guilherme Braga Sanvido, pelo apoio moral, material (cafés) e conceitual presentes em nossos debates, e a Marianny Almeida pelo apoio afetivo.

RESUMO

No campo da Afasiologia, ciência que estuda os déficits de linguagem decorrentes de lesão cerebral, encontramos uma série de “sintomas” linguísticos associados aos quadros de afasia, dentre os quais figura a *anomia*.

A anomia é definida como dificuldade ou incapacidade de encontrar palavras durante a enunciação (MORATO, 2002, p.10). Este déficit tem sido objeto de estudo da Afasiologia, ciência esta que encontra subsídios teóricos no campo linguístico, isto é, a classificação e compreensão dos fenômenos afásicos são diretamente influenciadas pelas teorizações linguísticas, tal como vemos, por exemplo, em Jakobson [1954] (1981), no célebre artigo intitulado *Dois aspectos da Linguagem e dois tipos de Afasia*.

Na literatura existente, o termo anomia integra as várias formas de classificação dos fenômenos afásicos e psíquicos. Contudo, lembramos que mesmo os indivíduos cujas faculdades linguísticas estariam preservadas podem, eventualmente, manifestar certa dificuldade de encontrar palavras; ou seja, este déficit pode integrar outras condições patológico-cerebrais. Por outro lado, o mesmo termo foi utilizado por Durkheim [1897] (1996) para descrever um estado social caótico, desordenado, no qual se afrouxa a coerção moral sobre os indivíduos, levando-os ao desregramento e à delinquência. No entanto, quando o sociólogo francês faz uso do termo em questão, ele tem em vista o radical grego “nomos” (lei moral, costume), no qual a “anomia” significa “ausência de leis

Temos, assim, um único termo com dupla identidade semiológica: a primeira tem a forma de uma “patologia social” descrita por Durkheim nas obras *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897); a segunda aponta um déficit linguístico e é objeto da Afasiologia. Neste trabalho pretendemos investigar a realidade semiológica polissêmica da anomia e suas implicações gerais para o entendimento de relações entre os processos de normatização social e os processos de nomeação/referenciação.

Palavras-chave: Anomia, Afasiologia, Sociocognitivismo.

ABSTRACT

Considering the Aphasiology field, science study about the language capacity diminished by cerebral damage, it's possible to find a series of linguistic 'symptoms' associated with aphasia, within it the anomia.

Anomia is defined as a difficult or incapacity in select words during the enunciation (MORATO, 2002, p.10). This deficit has been the object of Aphasiology studies, science that seeks theoretical support in the linguistic field, therefore a classification and comprehension of the aphasic phenomenon, which are directly influenced by the linguistic theorizing, as we can see, for example, in Jakobson [1954] (1981).

In the existent literature, the term anomia appears diffuse with a series of classifications forms about the aphasic and psychic phenomenon. Recalling that the same person, which the linguistic capacity would have been preserved can, eventually, demonstrate a difficult in find and select words, so, this deficit, can integrate other psychological-cerebral conditions.

On the other hand, the same term was used by Durkheim [1987] (1996) to describe a chaotic social state, uncoordinated, which a loosened moral coercion upon the people, leading them to the absence of rules and to delinquency. However, when the French sociology uses the term, he have in mind, the greek radical "nomos" (moral law, costume), where 'anomia' has the meaning of 'without laws' or 'absence of laws'.

Therefore, the only term with double semiological identity: the first has the form of a "social pathologic" describe by Durkheim in works as *The Division of Labour in Society* (1983) and *Suicide* (1897); the second point to a linguistic deficit and is the object of Aphasiology. This work intend to investigate the existent relation between the social normative process and the naming process.

Key words: Anomia, Aphasiology, Social Cognitivism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A SEMIOLOGIA E O NOMINALISMO	16
3. A ANOMIA NA AFASIOLOGIA	22
3.1 A crítica de Goodglass ao estatuto semiológico da anomia	27
3.2. Anomia e Parafasia	28
3.3 O Agramatismo e a Hipótese Fonológica	31
4. A ANOMIA NA SOCIOLOGIA DE E. DURKHEIM	38
4.1 Roquentin: um personagem anômico.....	44
5. A ANOMIA E O SOCIOCOGNITIVISMO DE TOMASELLO	48
5.1 Os nomes e as normas.....	51
6. CONCLUSÃO	55
BIBLIOGRAFIA	59

1. INTRODUÇÃO

No campo da Neurolinguística e da Neuropsicologia encontramos um sintoma afásico caracterizado pela incapacidade (ou dificuldade) de nomear objetos ou de evocar palavras durante a enunciação. Este tipo de alteração afásica¹ é denominado pelo termo “anomia” que, remetendo etimologicamente ao vocábulo grego “onoma”,² significa “sem nome” ou “ausência de nome”.

Por outro lado, o mesmo termo foi utilizado por Durkheim (1893) para descrever um estado social caótico, desordenado, no qual se afrouxa a coerção moral sobre os indivíduos, levando-os ao desregramento e à delinquência. No entanto, quando o sociólogo francês faz uso do termo em questão, ele tem em vista o radical grego “nomos” (lei moral, costume), no qual a “anomia” significa “sem leis” ou “ausência de leis”.

Temos, assim, um único termo com dupla identidade semiológica: a primeira tem a forma de uma “patologia social” descrita por Durkheim nas obras *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897); a segunda aponta um déficit linguístico e é objeto da Afasiologia.

O marco inicial deste trabalho é a suspeita, e esta vai muito além da homonímia entre os termos de distintas origens etimológicas (a anomia enquanto ausência de leis e a anomia enquanto ausência do nome), de que haveria uma relação conceitual subjacente entre os processos de normatização e os processos de nomeação.

Nossa pergunta inicial poderia ser resumida nestes termos: qual a relação existente entre o fenômeno de desregramento social e a incapacidade ou dificuldade de nomear objetos? Esta pergunta foi motivada por três razões/constatações:

- i) os indivíduos afásicos podem apresentar variadas dificuldades de

¹ Afasia é uma perturbação, em diferentes graus de severidade, da linguagem oral e/ou escrita, causada por lesão cerebral adquirida.

² LIDELL & SCOTT, *Greek English Lexicon*, v I.

interação e, muitas vezes, o déficit linguístico acaba por levar à exclusão social³. No excerto abaixo temos a transcrição de um diálogo, entre um afásico (CI) e um não afásico (MC), no qual este fato é constatado:

MC: Deixa eu falar uma coisa pra vocês, que me ocorreu assim, nessa, nessa sessão aqui : o Cícero falou, e vocês também, sobre essa coisa particular, singular de cada um, mas ao mesmo tempo tem uma coisa que é pública das pessoas que passam, são afetadas por esse problema! Isso é interessante, a gente lidar com esse material...

CI: Todo mundo sofreu, todo mundo perdeu amigos, parentes, né?

MC: Isso... relações, né? São relações!

CI: Porque a casa vivia cheia de gente, aí quando teve derrame cerebral...

(MORATO *et al.* (2002). *Sobre as Afasias e os Afásicos*, p.14-15)

ii) o fenômeno de desregramento social descrito por Durkheim tem como sintomas a "ausência da atividade propriamente coletiva", uma existência "desprovida de objetivo e significado" (DURKHEIM, 1897, p.260).⁴

iii) no romance "A Náusea", de Sartre [1938] (1976), o personagem principal (Roquentin) relata sua dificuldade de nomear as coisas no mundo. Ele afirma que "as palavras tinham se evaporado e, com elas, o significado das coisas, os seus modos de emprego" (SARTRE, 1976, p.162). Como veremos no capítulo 5 desta dissertação, o personagem tem uma vida caracterizada pela "ausência da atividade propriamente coletiva". Nas palavras de Roquentin:

[...] sou um homem sozinho. As pessoas que vivem em sociedade aprenderam a ver-se, nos espelhos, tal como aparecem aos seus amigos. Eu não tenho amigos (SARTRE, 1976 p.16).

Assim, qualificamos o personagem de Sartre como sendo anômico no

³ O Centro de Convivência de Afásicos (CCA) é um espaço para promover a interação entre afásicos e não afásicos, como familiares e pesquisadores, não apenas na tentativa de melhor compreender o fenômeno, mas também de diminuir a exclusão e isolamento social desses indivíduos – algo que ocorre largamente em função da evocação, manutenção e imbricação de práticas e rotinas discursivas e sociais.

⁴ No entanto, por uma questão metodológica, Durkheim não está preocupado em descrever e explicar o que ocorre nos quadros anômicos do ponto de vista individual. Em última análise, se por um lado temos acesso à linguagem afásica e aos efeitos que dela decorrem, por outro, no caso do fenômeno de desregramento, não teríamos acesso à produção do indivíduo desregrado (que vive a experiência do isolamento social), o que dificultaria a investigação da relação entre as normas sociais e os processos de nomeação e referenciação.

sentido da teorização de Durkheim.

Inicialmente, as dificuldades de nomeação do personagem de Sartre e os fenômenos de desregramento descritos por Durkheim aparecem como uma simples relação de contiguidade, isto é, o personagem é desregrado e apresenta dificuldades de nomeação, mas não seria possível afirmar que o desregramento seria causa desta dificuldade.⁵

iii) No âmbito dos estudos sobre a linguagem e a cognição, as variáveis cultura, sociedade, história e, sobretudo, o fenômeno da interação social têm sido incorporados às teorizações sobre a manifestação profundamente dialógica e social do fenômeno linguístico e cognitivo (Koch & Cunha-Lima, 2001). Nessa perspectiva sócio-interacional, resumidamente, tal como afirma Marcuschi (2002), referência e nomeação “são processos que precisam ser analisados na atividade sóciointerativa” (p.139), porque “o mundo de nossos discursos é sócio cognitivamente produzido” (p.140).

Os motivos expostos acima nos incitam, pois, a investigar as relações existentes entre “nomos” (lei, costume) e “onoma” (nome). Desta forma, nosso objeto de análise recai sobre a relação entre os fenômenos de desregramento social, com ênfase nos processos de nomeação/ referência.

A perspectiva teórica adotada para analisar e relacionar tais fenômenos é o sóciocognitivismo interacionista, uma vez que constatamos a insuficiência explicativa das teorizações linguísticas estruturalistas e gerativistas que servem de fundamento epistemológico à Afasiologia e à Neurolinguística tradicionais, estas últimas representadas por autores como Jakobson (1981), Luria [1977] (1995), Caplan (1987) e Goodglass (1993). Ao longo deste trabalho procuramos apontar os limites explicativos destas teorizações, mostrando a necessidade de uma rediscussão epistemológica para compreender, não apenas os fenômenos afásicos e, portanto, ditos “patológicos”, mas também o processamento “normal” da linguagem, destacando as vantagens heurísticas que uma perspectiva sóciocognitiva pode proporcionar ao campo da Afasiologia e da Neurolinguística.

⁵ No caso dos afásicos podemos afirmar que o isolamento e exclusão social decorrem das dificuldades linguísticas encontradas.

Como apontamos no início deste capítulo, a *anomia* foi tradicionalmente compreendida no campo da Afasiologia como incapacidade ou dificuldade de nomeação associada à lesão ou degeneração cerebral. Esta “dificuldade de encontrar palavras” integra o quadro de sintomas das afasias e possui relação intrincada com as demais manifestações afásicas, tais como as *parafasias*⁶, os *neologismos* e os *circunlóquios*, todas elas ancoradas conceitualmente no campo linguístico.

O passo inicial de nossa reflexão sobre o conceito de anomia dá-se no campo da Semiologia (Barthes, 1988), em particular da Semiologia Médica, onde procuramos mostrar como é construído o “tesouro semiológico” Lanteri-Laura (1986, p.90) na prática médica, ou seja, as bases epistemológicas que orientam a classificação e o diagnóstico da doença. Este movimento é de extrema importância no âmbito de nossa reflexão devido à contundente influência da Linguística sobre a Afasiologia, pois a primeira apresenta-se como base epistêmica para a segunda. Prova desta influência encontramos nas teorizações linguísticas pioneiras sobre a afasia, como as do linguista russo Jakobson [1954] (1981), bem como as de seu patrício, o neuropsicólogo Luria (1984).

A reflexão sobre a construção das “redes semiológicas” trouxe-nos também outras contribuições para a compreensão dos fenômenos afásicos, tais como: a consciência de que os quadros ou categorias clínicas não são rígidos, como afirmam Kammerer & Wartel (1989); as inconsistências geradas por uma teoria, como, por exemplo, ausência de delimitação clara dos sintomas, levam a mudanças epistemológicas e, portanto, à construção de uma nova rede semiológica, novos parâmetros para interpretação dos fenômenos em questão (Foucault, 2003, p.101)

Desta forma, o debate teórico acerca do estatuto da anomia e sua delimitação enquanto categoria clínica (seja ela compreendida como *sintoma* ou como *síndrome*) é iniciada sob o escopo de uma “análise semiológica”, isto é,

⁶ A parafasia tem sido definida nos campos da Afasiologia e da Neuropsicologia como erro semântico, como substituição de uma palavra (denominada palavra-alvo) por outra palavra semântica ou fonologicamente relacionada (Tubero, 2010, p.62).

análise dos diversos déficits linguísticos (sintomas afásicos), tendo em vista os distintos metadiscursos que perscrutam os mecanismos linguístico-cognitivos envolvidos no processo de nomeação/referenciação.

Tendo em vista o escopo desta dissertação, buscamos aqui investigar a posição de alguns autores da Afasiologia dita tradicional, mostrando a contundente influência da Linguística sobre suas teorizações, bem como o percurso que leva à crítica da distinção (feita por Jakobson [1954] (1981), por exemplo) entre *agramatismo* e *anomia*: o primeiro concebido como distúrbio sintático ou de contiguidade; o segundo, como distúrbio de seleção ou substituição.

Também perscrutaremos os limites das teorizações que possuem uma orientação *internalista* acerca da linguagem e da cognição, a saber, teorizações que compreendem o léxico e a cognição como objetos independentes entre si e autônomos em relação aos condicionantes sócio culturais e pragmáticos envolvidos na produção da linguagem (Marcuschi, 2002) ⁷.

No centro da crítica a esta visão *internalista* podemos ressaltar: a escassez de dados que comprovem, de forma bem delimitada, a correspondência entre os sintomas afásicos (como a anomia) e as distintas e circunscritas regiões neurais lesadas (Goodglass, 1993); a ausência de delimitação clara entre alguns sintomas afásicos, neste caso entre *agramatismo* e *anomia* (Caplan, 1987); a possibilidade de fundamentar o *agramatismo* como déficit de cunho fonológico e que, enquanto tal, não corresponde a uma inabilidade linguístico-cognitiva absolutamente distinta daquela subjacente à anomia (Cf. Goodglass (1976), Grodzinsky (1984), Kean (1985)).

Ao final da dissertação, trataremos da contrapartida *externalista*, a saber, o campo de estudos que reivindica a incorporação de elementos sociais interacionais, contextuais e históricos à compreensão de fenômenos linguístico-cognitivos. De forma mais específica, a base teórica do sociocognitivismo que orienta este trabalho está presente especialmente na obra de Tomasello (2003),

⁷Denominamos “*internalismo*”, de forma mais específica, o *estruturalismo* e o *gerativismo* estritamente formalistas, tal como os define Marcuschi (2003).

intitulada “*As Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*”, na qual o autor destaca a dimensão cultural, intencional e simbólica da cognição humana. Segundo o autor, lembremos, *os símbolos humanos são inerentemente sociais e intersubjetivos* (p.183).

Cumpramos salientar que este último movimento em busca de novas bases epistemológicas na compreensão e interpretação dos fenômenos afásicos destaca a relação (inicialmente negligenciada pela literatura dedicada ao tema) entre a anomia entendida como “ausência de leis” e a anomia compreendida como déficit linguístico.

Assim, nosso intento é o de explicitar a relação existente entre os processos de normatização social e os processos de nomeação/referenciação, procurando entender de que forma a experiência da anomia entendida nos termos de Durkheim (1893), e vivida pelo personagem Roquentin, de “A Náusea”, pode desvelar e salientar o caráter social da linguagem.

O percurso da presente dissertação parte, assim, da compreensão dos limites de uma visão *internalista* a respeito da linguagem e da cognição, motivada pela hipótese de que processos sociocognitivos como a *referenciação* (relacionados diretamente ao que tradicionalmente denominamos “nomear”) são condicionados por aspectos normativos “exteriores” (Sociedade, História), porém, constitutivos de todo o aparato linguístico-cognitivo.

2. A SEMIOLOGIA E O NOMINALISMO

A classificação e o diagnóstico da doença colocam em evidência o papel da linguagem na prática médica: linguagem como condição e obstáculo. Condição, na medida em que o ato da nomeação da doença dá início ao “tratamento”, ao enfrentamento, à compreensão do fenômeno. Obstáculo, na medida em que tal instrumento (a classificação) mostra-se impreciso, incompleto, porque não abrange as particularidades que os quadros patológicos frequentemente apresentam.

Segundo Foucault (2003), em Condillac, filósofo francês do século XVIII, vemos uma espécie de *nominalismo* cuja fórmula mais sofisticada encontrar-se-á, posteriormente, na noção de *estrutura (significante/significado)*. Condillac acreditava que o conhecimento advindo da experiência estava diretamente ligado ao campo lógico-discursivo. Como resultado desta concepção, na clínica, os sintomas seriam organizados seguindo a ordem natural do discurso. A realidade seria, para o médico e para o filósofo, análoga a linguagem: a redução nominalista da existência (e da doença) libera uma verdade constante. Quando Foucault afirma “não existe essência patológica além dos sintomas”, mostra-se atento a essa “redução nominal”, única maneira pela qual é possível conhecer a doença.

A doença é nome em duplo sentido: no sentido em que usam os nominalistas quando criticam a realidade substancial dos seres abstratos e gerais; e, em outro sentido, mais próximo de uma filosofia da linguagem, desde que a forma de composição do ser da doença é de tipo linguístico (FOUCAULT, 2003, p.135).

Lanteri-Laura (1989) analisa o modo de produção do sinal médico à maneira estruturalista, no qual o significado dos dados clínicos e laboratoriais é o mesmo. O médico transforma o fenomenal dos dados em material linguístico de sua interpretação. Conclusão: o diagnóstico é a operação lógica que agrupa os

sinais apresentados pelo paciente reduzindo *a polissemia dos sintomas a uma monossemia da doença*.

Aqui reside a grande armadilha da redução nominalista: *a monossemia da doença* implicaria a construção de categorias clínicas rígidas, tal como nos advertem Kammerer e Wartel (1989) na obra intitulada “Querela dos Diagnósticos”, na qual afirmam que “*a vida e a doença não compõem quadros rígidos, e a experiência ensina que as fronteiras geralmente definidas para certas espécies nosográficas podem ser freqüentemente transpostas, resultando menos rígida a noção de estrutura*”. Tal crítica pode ser estendida ao campo da Afasiologia, no qual são constatadas muitas dificuldades classificatórias, das quais trataremos adiante. Uma delas reside na questão da rigidez dos quadros clínicos, como constata Love (1996, p.210):

Some controversy exists regarding whether a recovered aphasic who becomes anomic at the endpoint of recovery should be classified as an anomic aphasic or according to the primary syndrome at the onset of the aphasia? (LOVE, 1996, p.210).⁸

A semiologia, tal como compreendida por Barthes, teria como objeto de análise as grandes unidades significantes do discurso. A leitura de Foucault sobre a prática médica, seus métodos e sua fundamentação no século XVIII apresenta claramente o aparato conceitual descrito por Barthes: *significante e significado* compreendidos como a estrutura básica de toda e qualquer rede de significação. Portanto, o conhecimento não é imanente ao real, mas na linguagem é assegurada a possibilidade de construção do conhecimento, sendo este determinado social e historicamente.

Segundo Foucault, a total transparência dos dados clínicos transpostos para linguagem torna opaco o estatuto da linguagem. A ponte entre os dados captados pelo olhar clínico, e sua respectiva estruturação carece de fundamento.

⁸“Existe uma controvérsia no que diz respeito à recuperação de um paciente afásico que se torna anômico: ao final de sua recuperação seria ele classificado como portador de uma afasia anômica, ou receberia ele a classificação da síndrome primária que o acometia?”

Neste ponto Foucault enfatiza o papel dos mitos que surgem a partir desta estruturação linguística do conhecimento: os mitos obscurecem a carência de fundamentação. Aquilo que deveria ser compreendido no plano da analogia e da metáfora é entendido como fundamento do conhecimento. Alguns irão acreditar na existência de uma “estrutura alfabética da doença”. As letras em si mesmas nada significariam, mas dada uma determinada configuração é produzida a palavra. A síntese clínica operaria da mesma forma: os sintomas seriam letras e a identidade da doença surgiria a partir configuração que destas emergem (Foucault, 2003, p.135).

Barthes (1988) leva o empreendimento estruturalista ao extremo ao assinalar a correspondência entre a forma de organização da língua e a estrutura do conhecimento clínico, aplicando conceitos desenvolvidos em seus *Elementos de Semiologia* (1988) à Semiologia Médica. Assim, o fenômeno, compreendido como sintoma, por si apenas, não constituiria o próprio do “patológico”. É necessário transformar o sintoma em sinal linguístico, inserindo-o numa rede semiológica. Esta rede é composta por conhecimentos prévios acumulados ao longo do tempo pela tradição. Lanteri-Laura nos fornece um belo exemplo deste processo ao relatar a constatação de um eritema:

[...] a clínica só começa de modo positivo quando se nota que a pele está vermelha, ou está amarela, em vez de ter sua cor natural: *em vez de...* constitui elemento fundador da semiologia, pois o significante de um sinal é sempre feito de um **traço diferencial**. É preciso saber ainda que se deve definir a topografia do eritema, e a evolução desta topografia, discernindo caracteres típicos. É dizer que o clínico não deixa simplesmente aparecer o que aparece, mas procura ativamente o que a tradição semiológica ordena descobrir, porque ela sabe muito antes dele o que é importante determinar (LANTERI-LAURA, 1989, p.152).

O sinal seria o sintoma inserido num sistema semiológico que remeteria a um significado: a síndrome ou a doença nomeada. O elemento fundador da semiologia é o *significante* do sinal, entendido como “traço diferencial”.

O nome da doença retira o seu significado da configuração dos sintomas. Esta configuração pode ser entendida como um *sintagma cristalizado*, conjunto de

sinais que aparecem ligados com certa regularidade garantindo estabilidade à síndrome nomeada. Além disso, *o significado da síndrome, pode por sua vez ser tomado como significante de um significado*, ou seja, o processo de significação pode ser infinito.

Ora, a constatação de que o processo de construção do sentido da doença é infinito é a prova cabal de que o nome da doença não pode encerrar todo o “ser” patológico, o suposto ser por trás da doença. Por esse motivo, a clínica psiquiátrica, por exemplo, reconhece a necessidade de abolir o ideal semiológico composto por categorias rígidas.

Kamerrer (1989) indica correntes dentro da prática psiquiátrica que não admitiriam rotular pacientes segundo quadros pré-fabricados. Ele afirma, a propósito:

O perigo não é o paciente ficar encerrado numa categoria, mas o psiquiatra, novato ainda, nela se aprisione. A vida e a doença não compõem quadros rígidos, e a experiência ensina que as fronteiras geralmente definidas para certas espécies nosográficas podem ser frequentemente transpostas, resultando menos rígida a noção de estrutura (KAMERRER, 1989, p.32).

A solução para este problema estaria além de uma lógica binária: ou o conhecimento é imanente ao real, ou é o sujeito quem constrói o conhecimento.

No caso da anomia, como veremos no próximo capítulo, o seu “par-oposto” dentro da semiologia afásica seria o *agramatismo*. Parafraseando Lanteri-Laura, as interpretações *internalistas* e *estruturalistas* dos fenômenos afásicos consideram um paciente como sendo ou anômico ou agramático, com um sentido definitivamente exclusivo para a conjunção “ou”.

Voltando-nos para a discussão focalizada no presente capítulo, observamos que no diálogo entre Théophile Kammer e Roger Wartel sobre *Semiologia no campo da psiquiatria*, o primeiro afirma que o diagnóstico tem por objetivo o reconhecimento da doença, tendo como pressuposto a existência de doenças nitidamente definidas, isto é, categorias clínicas bem estabelecidas. Mas o que é pressuposto aqui, o que é este *a priori* que orienta a prática médica?

O iniciante que de forma ingênua tenta descrever pura e simplesmente o que observa não passaria de um clínico cego.

Ao analisar um *eritema* “o objeto do olhar é pressuposto, e não se relaciona senão a conhecimentos anatômicos prévios” (LANTERI-LAURA, 1989, p.90). Mas que conhecimentos prévios seriam estes? O ser da doença (que sob o espectro semiológico é visto como um construto do tipo linguístico) mostra-se também como sendo o resultado de uma progressão histórica.

Por isso, Lanteri-Laura (1989, p.90) afirma que o clínico procura ativamente aquilo que a “tradição semiológica lhe ordena descobrir”. Eis o “tesouro semiológico” e os fatores culturais e históricos que influenciaram sua construção e acumulação.

Na prática médica, ou científica de modo geral, uma posição essencialista parece servir de guia às pesquisas. Inúmeras descobertas geográficas foram feitas por aventureiros que procuravam o país do ouro, um “não lugar”. Contudo, “deveríamos, então, registrar em nossas cartas geográficas o Eldorado?” (DUHEM, 1989, p.59). A ilusão aparece como o resultado de uma redução necessária. O nome é resultado de uma operação lógica que permite sintetizar sintomas transformando-os em doenças:

[...] os mitos religiosos se formam através de uma criação pelas palavras. Deus cria nomeando as coisas. O médico segue o método divino ao dar nome às doenças (SILVA FILHO, 1997, p.161).

Silva Filho (1997), no artigo intitulado “A Semiologia, seu Saber e a Psiquiatria”, questiona o estatuto epistemológico da Psicanálise e, conseqüentemente, da Psiquiatria, ao comparar o *inconsciente* a um ser misterioso que emite sinais a serem decifrados pelo psicanalista. Desta forma, toda estrutura teórica é colocada em dúvida. Novamente: do que é constituído este “tesouro semiológico” que orienta o olhar ingênuo do jovem médico? Em que medida é necessário reconstruir historicamente este tesouro para compreender novos fenômenos, seja na clínica ou na ciência em geral?

É importante lembrarmos, com Foucault (2003, p.101), que mudanças epistemológicas podem ocorrer. E que, por vezes, não estamos apenas reconhecendo mais um déficit ou distúrbio inscrito na nosografia. Existem momentos nos quais o próprio sujeito cognoscente se modifica e, por isso, novas doenças são apresentadas. Existem também momentos nos quais é preciso rever os critérios do sujeito cognoscente e as condições que possibilitam o conhecimento da doença simplesmente porque a rede semiológica que abriga os fenômenos que este “sujeito do conhecimento” tenta interpretar gera inconsistências:

Novos objetos apresentar-se-ão ao saber médico, na medida e ao mesmo tempo em que o sujeito cognoscente se reorganiza, se modifica e se põe a funcionar de uma forma nova. Não foi, portanto, a concepção de doença que mudou primeiramente, e em seguida a maneira de reconhecê-la; nem tampouco o sistema de sinais foi modificado e, em seguida a teoria; mais todo o conjunto e, mais profundamente, a relação da doença com este olhar a que ela se oferece e que, ao mesmo tempo, ela constitui (...) não há separação a fazer entre teoria e experiência (FOUCAULT, 2003, p.101).

Em nosso percurso rumo ao sentido semiológico da Anomia (enquanto patologia no campo da Sociologia e da Afasiologia) estão sendo considerados os modos de produção do “tesouro semiológico”, bem como os limites inerentes à idéia de quadro nosológico. Nossa próxima tarefa será, então, confrontar as várias teorizações sobre a anomia no campo da Afasiologia, tentando vislumbrar como os especialistas tratam desta categoria clínica polissêmica.

No que diz respeito à Semiologia das Afasias, em especial ao debate acerca da realidade semiológica da anomia, a presente dissertação traz uma proposta de reinterpretação do fenômeno à luz de pressupostos não tradicionais, como a inclusão de elementos socioculturais como integrantes dos processos linguístico-cognitivos.

3. A ANOMIA NA AFASIOLOGIA

Tendo por base a dicotomia clássica delimitada, de um lado, pela *afasia de Broca* e, de outro, pela *afasia de Wernicke* (não fluentes e fluentes, respectivamente), encontramos relatos a respeito de manifestações anômicas em ambos os casos.

Na *afasia de Wernicke*, os indivíduos lesados podem cometer *parafasias*⁹ (semânticas e fonêmicas), além de possuírem o supracitado distúrbio anômico. Atentamos ao fato de que as parafasias podem ser resultado da dificuldade de encontrar palavras. Assim, ao tentar nomear um objeto, o sujeito lesado pode encontrar uma palavra similar à palavra-alvo, empregando-a na designação do objeto que lhe foi dado.

Segundo Luria (1984, p.131), isto ocorreria porque a capacidade de análise da composição acústica estaria comprometida em tais indivíduos. Este déficit pode conduzir a parafasias semânticas, pois a distinção fonêmica “é o que une o som ao significado”. Desta forma, as palavras parecidas pela composição acústica deixariam de diferenciar-se.

Luria denomina este distúrbio pela rubrica “afasia sensorial”. A descrição deste quadro nos permite formular a seguinte pergunta: a anomia seria uma dificuldade de acesso às representações léxico-formais, ou uma dificuldade de acesso às representações semânticas?

Como havíamos mencionado anteriormente, os afásicos de Broca também manifestam sintomas anômicos; assim, deparamo-nos com uma questão classificatória já assinalada por Caplan (1987, p.151): “If the anomia associated with Broca's aphasia does differ from that associated with Wernicke's aphasia, is

⁹ Resumidamente, as parafasias são erros de substituição nos quais a palavra-alvo é trocada por outra. A troca pode ser motivada por aspectos fonêmicos (trocar a palavra “bola” por “cola”) ou semânticos (trocar “mesa” por “cadeira”).

anomia itself a single disturbance?”¹⁰

A dificuldade de encontrar palavras não pode ser entendida como derivada ou originária de uma lesão correspondente a uma área bem delimitada do cérebro. Essa constatação dificulta a classificação e o diagnóstico do quadro clínico, caracterizando o que os especialistas chamam de “nonfocal brain disease” (LOVE, 1996, p.210).

Quando a anomia é o principal sintoma expresso pelo indivíduo, os afasiólogos podem classificar o mesmo como sendo portador de uma *afasia anômica* (LOVE, 1996, p.210).

Examinando a teorização luriana encontramos descrições a respeito desta dificuldade de encontrar palavras que os afasiólogos contemporâneos denominam por “anomia”. Ao tratar da caracterização da *afasia semântica*, Luria afirma que o principal traço deste tipo de afasia reside na dificuldade de evocar as palavras correspondentes aos objetos cuja nomeação é exigida. Tal síndrome foi intitulada “afasia amnésica” (LURIA, 1995, p.189).

Nestes casos, ao contrário do que ocorre nas *afasias sensoriais*, quando o investigador fornece ao sujeito lesado algumas “pistas fonéticas”, tais como a primeira ou a última sílaba da palavra referida, o indivíduo é capaz de evocar a palavra-alvo, o que permite afirmar que o seu déficit reside no acesso às representações semânticas, e não no acesso às representações léxico-formais, uma vez que a sua capacidade de diferenciar a composição acústica das palavras se vê conservada. Esta é uma das respostas possíveis à questão feita anteriormente: a anomia seria uma dificuldade ou um impedimento no acesso às representações léxico-formais ou uma dificuldade de acesso às representações semânticas?

Garrett (1982) *apud* Le Dorze e Nespoulous (1986, p.396) propõe uma visão integrada destes dois itens, na qual o distúrbio anômico seria a ausência de conexão entre eles, ou seja, o indivíduo afetado não conseguiria ascender ao elo existente entre as representações léxico-formais e as representações semânticas:

¹⁰ “Se a anomia associada à afasia de Broca de fato difere daquela associada à afasia de Wernicke, seria a anomia um distúrbio singular (um tipo de afasia)?”

[...] the access to the formal representation is based on the activation of a linking address which operates between the semantic representation and the formal representation of a lexical item. This linking address is thought to contain some formal traits such as the initial phonemic segment, number of syllables, all of which permit the identification of the formal aspects of a lexical item. Anomia, seen in these terms, could conceivably result from an inoperative linking address¹¹.

No que diz respeito ao aspecto semântico-pragmático do ato de nomear objetos ou de evocar palavras, o ato da nomeação exige, primeiramente, que o indivíduo reconheça no objeto seus atributos essenciais, a saber, as características pelas quais diferenciamos tal objeto dos demais. Assim, destaca-se aqui a importância de uma distinção categorial presente no processo nominativo (LEBRUN, 1983, p.35).

Mais recentemente, os afasiólogos/neurolinguistas têm trabalhado também com a hipótese de que a representação semântica depende de informações contidas na memória visual (Cf. Pashek, 2002, p. 261-286). O significado de uma palavra não é um ideal metafísico, abstrato, e sim algo que pode ser “tocado”, ou seja, a imagem deve ferir os olhos para que eu construa ou reconheça as propriedades “essenciais” de um objeto.

Goodglass (1993) trabalha com a hipótese de que o grau de anomia pode variar em função da categoria semântica das palavras envolvidas. Ele constatou que, para os anômicos, nomear objetos é uma tarefa mais difícil do que nomear atributos ou ações.

Estudos recentes trabalham com a hipótese de que diferentes e mesmo simultâneas regiões neurais estão envolvidas na representação ou no processamento de nomes de objetos e de ações (ARGIE *et al*, 2002, p.523-534). Contudo, existem resultados conflitantes a respeito da localização dos diferentes mecanismos subjacentes envolvidos na evocação de substantivos e verbos.

¹¹ “(...) o acesso às representações formais é baseado na ativação de um “endereço de ligação” que opera entre as representações semânticas e as representações formais de um item lexical. Este “endereço de ligação” possui alguns traços formais tais como o segmento fonêmico inicial e o número de sílabas, os quais permitem a identificação dos aspectos formais de um item lexical. A anomia, parece, nestes termos, ser concebida como o resultado de um “endereço de ligação” inoperante”.

Goldstein (1959) *apud* Lebrun (1983) foi o primeiro a relacionar tal processo cognitivo (distinção categorial) às investigações dos distúrbios afásicos através do que ele chamou de “atitude abstrata”. Teóricos da área referem-se a tal habilidade pelo termo “metalinguagem”, em oposição ao conceito de *linguagem como objeto*¹². As tarefas de nomeação exigem que o sujeito opere metalinguisticamente; o indivíduo faz-se a seguinte pergunta: “que palavra contida no léxico de minha língua é usada na designação deste objeto?” Desta forma, se um afásico não é capaz de realizar uma operação metalinguística, ele também não seria capaz de nomear um objeto.

Como se daria a operação oposta à metalinguagem? É possível que a dificuldade de encontrar palavras dentro do próprio discurso, tendo em vista o caráter pragmático da linguagem, envolva outros processos cognitivos, e não os mesmos contidos numa simples tarefa de nomeação, uma vez que esta última seria puramente metalinguística? Aqui vemos a possibilidade de inserção da pragmática em nossa reflexão, na medida em que o significado da palavra fica subordinado aos demais elementos do enunciado, a saber, fica subordinado ao contexto enunciativo e à significação não-verbal. A esse respeito, Dascal (1982, p.13) aponta a “necessidade de levar em conta aspectos do contexto de enunciação para explicar certas propriedades semânticas dos enunciados”.

Assim, quando analisamos um sujeito anômico incapaz de evocar uma palavra no decurso enunciativo, no momento em que este está utilizando a linguagem como objeto não podemos ignorar o elemento pragmático, pois este é fundamental à construção do sentido tanto daquilo que está presente no discurso, quanto do que foi omitido¹³.

Jakobson (1954), no célebre artigo intitulado *Dois aspectos da Linguagem e dois tipos de Afasia*, publicado na obra *Linguística e Comunicação*, desenvolve uma teoria na tentativa de explicar as afasias sobre o espectro linguístico. Ele

¹² A expressão “linguagem como objeto” é utilizada por Lebrun para designar o uso pragmático da linguagem.

¹³ Há mais de cinquenta anos, a diferença de desempenho na recuperação de palavras influenciada pela dicotomia entre nomeação simples e nomeação no decurso da enunciação tem intrigado pesquisadores. Contudo, estudos empíricos a este respeito começaram a ser desenvolvidos há apenas duas décadas PASHEK (2002, p. 261-286).

divide os tipos de afasia em dois pólos básicos, correspondentes a dois processos funcionais da linguagem: *distúrbio da similaridade*, no qual a seleção e/ou substituição dos itens que compõem a sentença se vêem afetados; *distúrbio da contigüidade*, no qual o processo de combinação dos itens dentro de uma série enunciativa se vê afetado, ou seja, a habilidade de compor uma série complexa (frase) depende da capacidade de análise do contexto, isto é, dos itens que já fazem parte de tal série.

Nos indivíduos que manifestam o distúrbio da similaridade, a enunciação de sentenças que possuem predicação equacional ($A = A$) é muito difícil. Desta forma, uma tarefa de nomeação torna-se quase impossível, pois nomear um objeto é o mesmo que estabelecer uma relação de igualdade entre o signo verbal e a coisa nomeada. Estes indivíduos não conseguem realizar operações metalinguísticas e, além disso, o contexto se torna indispensável à compensação do déficit de seleção e substituição:

[...] o paciente de Goldstein não proferia jamais a palavra “faca” sozinha, mas, somente conforme o seu uso e circunstâncias, designava a faca respectivamente como apontador, cortador-de-maçã, faca-de-pão e talher (garfo e faca); desse modo, a palavra faca era mudada, de uma forma livre capaz de ocorrer isolada, para uma forma vinculada (JAKOBSON, 1986, p.44).

O relato acima corrobora a concepção de Goldstein segundo a qual o indivíduo afásico é incapaz de utilizar a palavra “faca” como uma idéia geral, aplicável a distintos casos particulares, deixando evidente a ausência de uma “atitude abstrata” ou capacidade de abstração, a saber, a capacidade de distinguir as propriedades essenciais de um objeto, separando-as de outros elementos do contexto.

A partir do que foi exposto acima, podemos distinguir um tipo de déficit de nomeação decorrente do distúrbio de similaridade, no qual o afásico pode cometer parafasias metonímicas, na medida em que o contexto se torna a base do processo enunciativo. Em muitos casos, estes indivíduos simplesmente não pronunciam a palavra requisitada.

3.1 A crítica de Goodglass ao estatuto semiológico da anomia

Pretendemos mostrar como é edificada a noção de anomia no campo da Neurolinguística, e em que consiste a crítica de Goodglass no que diz respeito ao uso deste item semiológico, principalmente no campo da Afasiologia. Como já havíamos apontado, o efetivo significado do termo estudado depende da natureza dos processos cognitivos comprometidos no déficit de nomeação. E é justamente esta questão que os pesquisadores da área querem resolver: quais os processos cognitivos/áreas do cérebro envolvidos no processo de nomeação?

Goodglass (1993), na introdução do capítulo *Disorders of Word Retrieval*, do livro, *Understanding Aphasia*, afirma que conceber o ato de nomeação como uma função da linguagem que pode ser seletivamente afetada por lesões focais é uma ilusão. Segundo ele, os estudos sobre déficits de nomeação desafiam as teorias correntes sobre a organização das funções cognitivas.

A *anomia*, ou déficit de acesso a vocábulos, se manifesta em todo o universo das Afasias, com exceção da sua forma “pura”, designação utilizada aos casos de anomia cujo conhecimento semântico é preservado e o acesso às formas fonológicas é comprometido. O autor afirma também que o grau do déficit de nomeação nos dá mais pistas sobre a severidade de uma afasia do que sobre o seu tipo. Neste ponto, Goodglass faz uma ressalva importante sobre a classificação dos distúrbios afásicos. Se o grau do déficit de nomeação não é capaz de nos indicar o tipo de afasia manifestada pelo sujeito, fica difícil afirmar que a classificação “afasia anômica” possa dizer respeito a um puro déficit de nomeação. Desta forma, a diferença entre os subtipos de afasia não é determinada pela capacidade de nomeação do indivíduo, e sim pela proeminência de outros déficits (fluência, agramatismo etc) associados à anomia (GOODGLASS, 1993, p.77).

O autor lembra que o grau de anomia, por si apenas, não apresenta informações interessantes sobre a área lesada, mas os diferentes erros produzidos pelos pacientes nos dão pistas sobre o aparato cognitivo envolvido no

processo de nomeação. Portanto, abordaremos, a seguir, outro dos mais importantes sintomas afásicos: as *parafasias*.

3.2. Anomia e Parafasia

Goodglass (1993) classifica as parafasia em três tipos: *parafasia verbal* ou *semântica*, *parafasia fonêmica* e *parafasia neológica*. No primeiro tipo a palavra-alvo é trocada por outra de significado diferente que possui uma relação estreita com o significado da palavra-alvo. O indivíduo, geralmente, percebe o erro cometido, deixando evidente que possui algum conhecimento semântico preservado. A parafasia fonêmica, também conhecida como parafasia literal, é caracterizada pela produção não intencional de sons ou sílabas que não fazem parte da palavra-alvo. Nas parafasias neológicas, o indivíduo produz palavras sem sentido, geralmente sem reconhecer o próprio erro.

Antes de prosseguirmos nesta seção, faremos uma pequena digressão com o propósito de aprofundar nossa reflexão sobre a anomia.

A partir da sucinta descrição sobre as parafasias apresentada acima, podemos compreender o que representa, semiologicamente, o termo anomia.

Primeiramente, definimos anomia como um déficit de nomeação. Caracterizamos como anômico um determinado indivíduo incapaz de evocar uma determinada palavra ou, ainda, que “troca” uma palavra pela outra. Em que medida podemos afirmar que o afásico, enquanto anômico, não é capaz de ascender ao significado das palavras, não é capaz de encontrar ou produzir a “forma” das palavras-alvo ou, ainda, não é capaz de estabelecer uma correspondência adequada entre “forma e conteúdo”?

Atualmente, assistimos a um profuso desenvolvimento de estudos no campo das Ciências Cognitivas/Neurociências na tentativa de responder a estas questões. Muitos modelos teóricos foram desenvolvidos a partir de testes e protocolos com pacientes afásicos na tentativa de explicar a interação entre o semântico e o fonológico (DELL, GS *et al*, 1997, p.801-838).

As parafasias são, sem dúvida alguma, os erros de nomeação mais reveladores no âmbito da natureza dos processos cognitivos envolvidos no déficit anômico. No entanto, os pesquisadores não desprezam os erros de omissão, situações nas quais o indivíduo, não evocando a palavra requisitada, cala-se simplesmente ou ainda, fornece pistas semânticas a respeito da palavra-alvo através de circunlóquios (DELL, G.S. *et al*, 2004, p.125-145).

Voltamos à descrição dos sintomas afásicos. Ao analisar a anomia em pacientes com afasia de Broca, Goodglass nos lança uma questão de ordem classificatória. Se o agramatismo é uma das características marcantes nestes pacientes, podemos considerá-los anômicos? Goodglass cita o caso de um paciente com agramatismo que, além de omitir verbos e morfemas com funções gramaticais, também tinha dificuldade de evocar substantivos. Isso ilustra muito bem o que foi afirmado anteriormente: “os subtipos de afasia são determinados pela proeminência de outros déficits associados à anomia”.

No caso dos afásicos de Broca, o déficit de nomeação pode ser provocado por dificuldades fono-articulatórias. Ou seja, nestes casos, a não evocação de uma palavra não implica, necessariamente, um déficit de conhecimento semântico:

Luria proposes that the ability of Broca's aphasics to benefit from phonemic priming indicates that they have the "acoustic image" of the words and that consequently their production errors represent difficulties of articulatory realization, rather than errors of semantic substitution (GOODGLASS, 1993, p.82).¹⁴

Em seguida, com base nas análises dos afásicos de Broca, Goodglass tenta "deslocar" o estatuto conferido à anomia, utilizando-a na descrição de um déficit presente em todos os tipos de afasia:

[...] there are Broca's aphasics and other nonfluent patients who have an anomia that is more severe than one observes in most patients with

¹⁴ “Luria propõe que a habilidade dos afásicos de Broca de se beneficiarem de pistas fonéticas indica que eles possuem a “imagem acústica” das palavras e, conseqüentemente, seus erros de produção representam dificuldades de realização articulatória, e não erros de substituição semântica”.

anomic aphasia (GOODGLASS, 1993, p.82)¹⁵.

A crítica de Goodglass é pautada por um problema classificatório já assinalado por Caplan (1987). Este se indagava se a anomia não poderia ser descrita como um distúrbio singular, destacado dos demais, uma vez que ela se manifestava tanto nas afasias de Broca, quanto nas afasias de Wernicke.

Avaliando os sintomas deste conflito semiológico, algo não escapa à nossa análise: a anomia pode também ser compreendida como um distúrbio geral de linguagem, confundindo-se, semiologicamente, com o termo afasia.

Como vimos anteriormente, Love (1996) descreve a anomia como sendo comum a muitos tipos de afasia e também a condições médicas não afásicas. Por este motivo e, sobretudo, por ser descrito como um déficit não focal, isto é, por não possuir um correspondente neuroanatômico bem definido, a anomia pode ser interpretada, dentro do campo das Neurociências/Ciências Cognitivas, como um déficit geral de linguagem. Anomia e Afasia estão, portanto, semiologicamente muito próximos.

Basta recapitularmos todos os déficits anteriormente descritos sob o rótulo “anomia”, ou que resultam da dificuldade de encontrar palavras, para percebermos tal proximidade semiológica: parafasias (semânticas ou fonológicas), erros de omissão, circunlóquios, agnosia visual, déficit de acesso à informação semântica da visão, dificuldades fono-articulatórias (presente nas afasias de Broca). Todas estas manifestações estão, de alguma forma, relacionadas à dificuldade de evocar palavras.

Assim, em nosso percurso reflexivo sobre o tema, a anomia estaria próxima do estatuto de síndrome, que compreenderia uma série de sintomas, dentre eles, parafasias e circunlóquios.

Porém, dentre o escopo da investigação neurolinguística das afasias, existe ainda um outro déficit tido como muito característico: o *agramatismo*. Os indivíduos “agramáticos” apresentam dificuldades de evocar morfemas com

¹⁵ “[...] existem afásicos de Broca e outros pacientes não fluentes que possuem uma anomia mais severa do que aquela observada em muitos pacientes com afasia anômica”.

funções puramente gramaticais. As cópulas, flexões verbais e pronomes deixam de compor seu discurso, comprometendo a sintaxe dos enunciados. Existem casos nos quais a dificuldade de evocar nomes se faz presente em conjunto com o déficit citado:

The sample is typical of the severely agrammatic patient, in the absence of any word combinations and of any grammatical morphemes other than “and”. The patient refers to himself by his name, apparently unable to use the pronome “I”. Because his speech consists largely of common proper nouns, in what sense can we consider him anomic? (GOODGLASS, 1993, p.82)¹⁶

A partir da observação de Goodglass (1993), somos instados a fazer as seguintes perguntas: é possível interpretar a incapacidade de evocar pronomes e flexões verbais como uma anomia? O limite entre *agramatismo* e *anomia* estaria bem delimitado?

3.3 O Agramatismo e a Hipótese Fonológica

Autores como Goodglass (1976), Grodzinsky (1984) e Kean (1985), trabalham com a hipótese de que o *agramatismo* seria um distúrbio de ordem fonológica, e não de ordem sintática. Nesta perspectiva, a incapacidade de evocar pronomes e flexões verbais poderia ser compreendida como uma *anomia*, enfraquecendo a distinção entre processamento linguístico e acesso (evocação) de seus constituintes. O agramatismo poderia ser tratado *grosso modo* como um problema lexical.

Se os problemas decorrentes do *agramatismo* são reputados à dificuldade de acesso das entidades fonológicas que compõem morfemas, cópulas e pronomes, teríamos que admitir duas possibilidades: i) ou dilui-se a barreira tradicional entre os eixos *sintagmático* e *paradigmático*, reduzindo a noção de

¹⁶ “O quadro é típico de um paciente agramático severo. Na ausência de qualquer combinação de palavras e de qualquer morfema gramatical que não seja a conjunção “e”, o paciente refere-se a si próprio através de seu nome, aparentemente incapaz de usar o pronome “eu”. Pelo fato de seu discurso consistir largamente em nomes próprios comuns, em que sentido poderíamos considerá-lo anômico?”

“processamento linguístico” à noção de acesso das entidades linguísticas; ii) ou se faz necessário trabalhar com a noção de processamento, na medida em que os níveis sintático e semântico-morfológico vêm-se imbricados, admitindo-se que existe uma maior interação entre as estruturas sintáticas e as representações semântico-lexicais, de forma a aumentar o grau de complexidade das questões relativas aos processos de nomeação desde que o léxico deixa de ser visto como um local de armazenamento de irregularidades¹⁷.

Em experimento realizado por França e colaboradores (2003), intitulado “Conhecimento lexical e Processamento de Linguagem”, em especial no item 1.3 do texto, intitulado: “*estudo sobre o papel da morfologia no processamento lexical*”, os pesquisadores avaliaram a influência do processamento da informação morfológica durante o acesso lexical em palavras derivadas por prefixação. A relação entre morfologia e palavra-alvo foi testada através do tempo de resposta dos indivíduos (medido em milissegundos) em tarefa de decisão lexical. Não foi constatada diferença significativa nos tempos de resposta entre os pares de palavras onde se encontravam palavras prefixadas “transparentes”, “opacas” e “pseudo-prefixadas”, o que fez os pesquisadores concluírem, ainda que parcialmente, a ausência de relevância significativa dos itens morfológicos no processamento ou acesso lexical.

No ponto em que estamos, caberia a pergunta, frente aos resultados do estudo mencionado acima: o mesmo seria válido no que diz respeito aos morfemas flexionais? Se fosse possível verificar experimentalmente que, em indivíduos não-afásicos, o processamento de verbos flexionados tem o mesmo tempo de processamento de verbos no infinitivo (tendo sentenças como unidade de análise) - seríamos obrigados a concluir que o processamento da morfologia flexional é semelhante àquele que ocorre no processamento lexical (com palavras

¹⁷ Se a morfologia de uma palavra qualquer determina sua função sintática, isto é sinal de que existe uma intrincada relação entre sintaxe e léxico. Exemplo maior desta relação ocorre nas denominadas “línguas declinadas” ou “línguas de caso”. Para um exame mais detalhado destas questões, ver o artigo “Morfologia”, de Filomena Sândalo (2001). Levantamos este argumento tentando mostrar, dentro dos limites de uma visão *internalista* da linguagem, a dificuldade de delimitação da dicotomia *anomia/agramatismo*.

de “conteúdo”), não existindo especificidade de um suposto componente sintático atuando em tal processo, ou não existindo a necessidade de um co-processamento.

Estamos aqui, a partir da reflexão suscitada por estudos como os mencionados, apenas indicando a fragilidade da distinção tradicional entre sintaxe e léxico ao nível dos mecanismos linguístico-cognitivos envolvidos na produção da linguagem, assinalando a presença desta fragilidade teórica dentro de uma perspectiva *internalista* sobre a linguagem e a cognição.

O experimento psicolinguístico realizado por Françoze e colaboradores problematiza a afirmação segundo a qual o processamento de palavras prefixadas é distinto do processamento de palavras livres de pré-fixação, e nos leva a perguntar se o processamento da morfologia flexional, que aparece comprometida em pacientes agramáticos, possui um tempo de processamento distinto daquele verificado em verbos no infinitivo.

Apresentaremos, a seguir, uma hipótese que enfraqueceria a tradicional fronteira entre os eixos sintagmático e paradigmático, entre agramatismo e anomia.¹⁸

Agramatismo e *anomia* seriam de fato fenômenos distintos? A resposta a esta questão em muito interessa a uma “Semiologia das Afasias”, campo no qual encontramos muitas controvérsias a respeito da natureza dos sintomas descritos.

Os déficits descritos pela semiologia afásica (como fluência e não fluência, *agramatismo*, *anomia*, *parafasias*, *circunlóquios*) são vistos como possibilidade de corroborar hipóteses acerca do funcionamento normal da linguagem. A análise semiológica está baseada, seguindo a tradição *correspondencialista* e *modularista* acerca da linguagem e da cognição na relação direta entre mecanismos linguístico-cognitivos e áreas e processos cerebrais subjacentes aos referidos déficits.

¹⁸ Vale lembrar que esta hipótese é levantada como uma possibilidade lógica dentro da literatura dedicada ao tema, ou seja, ainda não existem estudos suficientes a respeito da “hipótese fonológica” que a transformem em uma teoria.

Segundo Novaes Pinto (1992), o *agramatismo* foi concebido durante estudos na década de 1970, como distúrbio do componente sintático. O que fica evidente após a teoria de Chomsky acerca de uma gramática universal é a tentativa de encontrar no campo da patologia prova contundente a respeito da realidade “psicofísica” ou linguístico-cognitiva-neural de tal capacidade humana.

Alguns problemas teóricos e metodológicos, todavia, são colocados acerca das inferências feitas sobre o processamento normal da linguagem a partir do estudo das afasias. Segundo Grodzinsky (1990), evidências fornecidas pelas pesquisas em patologia cognitiva estão fadadas a serem nada mais que auxiliares na construção das teorias. O autor ainda afirma que existe uma profunda cisão entre os dois campos de estudo (normal e patológico):

It seems to me, however, that talking about neuropsychological theory, under these assumptions is like talking about a special theory of computation for broken computers. Attempts to explain abnormal behavior arising from cerebral lesion by an independent neuropsychological theory are thus tantamount to efforts to explain how broken cars work (GRODZINSKY, 1990, p.3).¹⁹

Assim, segundo Grodzinsky (1990), a pesquisa neuropsicológica “tira vantagem” de situações causadas naturalmente que permitem certos procedimentos e observações que seriam, de outra forma, impossíveis.

Outro problema a ser ressaltado diz respeito à unidade de análise, à metodologia empregada na descrição e explicação das afasias. Por isso, voltamos a afirmar, junto com Lesser e Milroy (1993), que é necessário ter cuidado ao aplicar os conhecimentos vindos da Linguística na análise de fenômenos que dizem respeito ao processamento da linguagem. Muitos equívocos surgem quando uma teoria utilizada na descrição de fenômenos linguísticos (da língua enquanto produto, da língua “estática”) passa a ganhar certa “realidade psicológica”.

¹⁹ “Parece-me, contudo, que falar sobre Neuropsicologia nestes termos é como falar sobre uma teoria especial para computadores quebrados. Tentar explicar o comportamento anormal emergente de uma lesão cerebral através de uma teoria neuropsicológica independente é o mesmo que explicar como carros quebrados funcionam”.

Voltamos a formular então, de outra forma, a nossa questão central: existiria alguma habilidade linguístico-cognitiva específica responsável pelo processamento de *conjunções, preposições, artigos, pronomes, verbos auxiliares, cópulas, flexão verbal, concordância de pessoa, número e gênero*, que seria distinta daquela que utilizamos para evocar, acessar ou processar palavras? Existiria uma distinção de fato entre sintaxe e léxico? Derivando tal pergunta para o campo da Afasiologia, existiria distinção bem delimitada entre *agramatismo* e *anomia*? Ainda que a relação entre quadros patológicos e processamento normal da linguagem seja admitida, como no caso do *agramatismo*, existem hipóteses com fortes evidências que atribuem bases fonológicas ao déficit, como vimos anteriormente, isto é, a ausência de morfemas flexionais nas falas *agramáticas* não poderia ser atribuída a um distúrbio do componente sintático; o problema seria de ordem fonológica e diria respeito à dificuldade de seleção de morfemas não silábicos.

Goodglass (1976) cita um exemplo interessante em sua reflexão. Segundo o autor, a omissão do plural e da terceira pessoa do singular no inglês (ambos marcados pelo sufixo 's'), resultante de falas 'agramáticas', dá-se devido às dificuldades de produção destes sufixos ao nível fono-articulatório.

Grodzinsky (1984) apresenta-nos também dados interessantes para corroborar tal hipótese. O autor fornece exemplos em línguas nas quais a morfologia flexional aparece na forma de infixos (como no caso do hebraico), revelando que as flexões verbais não estão perdidas, como sugerem os primeiros estudos realizados com dados do inglês (Cf. Novaes Pinto, 1992).

Em línguas com infixações as características "sintáticas" estariam preservadas. O problema no acesso de flexões, cópulas e preposições poderia ser explicado pela falta de "saliência fonológica" de certos constituintes da língua. Palavras de conteúdo (notadamente no português) costumam ter estrutura silábica, mas a morfologia flexional (como a formação do plural, por exemplo) exige, na maioria das vezes, a presença de terminação em consoante, acarretando certa dificuldade fono-articulatória. Vejamos, a propósito, o que diz Goodglass (1976) acerca do *agramatismo* no inglês:

[...] *agrammatic* persons primarily have difficulties initiating speech and need a phonologically salient (stressed) element to start with. This makes categoric (content) words easier than unstressed articles in utterance-initial position, which according to Goodglass is why articles are often omitted. Syllabic suffixes are also easier to produce than nonsyllabic ones, so that the plural suffix –es in horses is less likely to be omitted than the plural suffix –s in dogs” (AHLSEN, 2006, p.60)²⁰.

Se, portanto, encontrarmos evidências contundentes acerca das bases fonológicas do agramatismo, torna-se possível dar uma mesma explicação para dois itens semiológicos, a saber, anomia e agramatismo. Em última instância, ambos seriam um déficit de acesso lexical. Além disso, esta reflexão traz o problema da anomia ser entendida como uma questão linguístico-cognitiva, e não meramente uma questão mental ou psicológica. Vale lembrar que se trata aqui de se explicitar uma hipótese explicativa, ainda carente de evidências empíricas e contornos teóricos mais precisos. Caso esta hipótese se confirme, o agramatismo deixaria de ser visto apenas como prova àqueles que se servem dos estudos da patologia para corroborar a hipótese de uma “gramática universal”.

Certamente, os indivíduos afásicos apresentam dificuldades com a língua, em se fazer entender, sejam eles descritos como agramáticos ou anômicos, uma vez que, para estes indivíduos, a língua deixa de ter uma “estrutura sonora confiável”, sobre a qual está assentada a possibilidade dos símbolos linguísticos serem compartilhados (Cf. Tomasello, 2003, p. 177).

Para Tomasello, a intersubjetividade diz respeito à propriedade da linguagem de permitir a utilização conjunta de símbolos linguísticos, quer por indivíduos, quer por grupos sociais. Ao partilharem os mesmos artefatos simbólicos, os usuários são capazes de partilhar inferências e intenções. Pela natureza intersubjetiva dos símbolos linguísticos, o sujeito produz e entende

²⁰ “[...] pacientes agramáticos primeiramente possuem dificuldades em iniciar a fala e precisam de um elemento fonologicamente saliente para iniciá-la. Isso torna as palavras de conteúdo mais fáceis de serem proferidas do que artigos sem saliência fonológica, motivo pelo qual, de acordo com Goodglass, estes artigos são frequentemente omitidos. Sufixos silábicos são mais fáceis de serem produzidos do que os sufixos não silábicos, motivo pelo qual o sufixo ‘es’ em ‘horses’ é menos omitido do que o sufixo ‘s’ em ‘dogs’.”

enunciados ao mesmo tempo em que entende que os outros, da mesma forma, os entendem (TOMASELLO, 2003, p. 147).

Ao trazermos a perspectiva teórica de Tomasello, segundo a qual a linguagem é fundada na interação social a partir de uma habilidade “sócio-cognitiva” que permitiria o *reconhecimento da intencionalidade de um co-específico*, torna-se claro que nos quadros de afasia o essencial do “jogo simbólico” estaria preservado. Não apenas porque a linguagem, não redutível à metalinguística, não estaria simplesmente destruída, mas porque outros processos de significação, não-verbais atuam na constituição do sentido de maneira essencial nos atos de linguagem e nos atos sociais.

4. A ANOMIA NA SOCIOLOGIA DE E. DURKHEIM

Como havíamos afirmado anteriormente, este trabalho parte da suspeita, e esta vai muito além da homonímia entre os termos de distintas origens etimológicas (a anomia enquanto ausência de leis e a anomia enquanto ausência do nome), de que haveria uma relação conceitual subjacente entre os processos de normatização e os processos de nomeação. Por isso, perscrutamos a teoria de Durkheim sobre a anomia, para entender melhor a natureza desta relação.

Tendo por base as principais obras de Durkheim, iremos expor, de forma concisa, a noção de anomia contida nas obras *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) e *O Suicídio* (1897). Na primeira, veremos como o sociólogo francês utiliza o conceito ora estudado na classificação de certo estado de desregramento da sociedade provocado pela falta de “solidariedade” entre os diferentes seguimentos da divisão do trabalho. Na obra *O Suicídio*, demonstraremos de que forma o conceito de anomia proposto por Durkheim ganha um novo estatuto: o de patologia social permanente, intrínseca às sociedades modernas.

No século XVI, o historiador inglês Willian Lambarde usava o termo anomia referindo-se a certo estado da sociedade capaz de gerar desordem, dúvidas e incertezas sobre as pessoas.

O indivíduo isolado do corpo social não é capaz de atingir a plenitude de suas faculdades, quanto mais o suprimento de suas carências. No entanto, a única forma de impedir que as várias “células” deste corpo, quando reunidas, executando as diferentes trajetórias que lhes são próprias, acabem na destruição e no caos, é impondo-lhes uma rota, garantindo, assim, que todo o organismo se ordene e se sustente. Lambarde pode não ter apontado as causas desse estado de “desordem”, mas a sociedade é capaz de regular as ações individuais através de suas práticas e regimes simbólicos, do costume, da moral e das leis, fazendo com que os indivíduos não se destruam ao final de um movimento randômico. Assim, quando a sociedade perde a sua função reguladora, as ações individuais podem gerar o caos social.

O grande difusor do conceito de anomia foi Émile Durkheim (1893), começando pela sua obra intitulada *Da divisão do trabalho social*.

Na tentativa de apontar as causas do desregramento da sociedade (isto é, a sociedade industrial do séc XIX), vinculadas sensivelmente ao conflito entre interesses individuais e à adequação ou submissão moral à realidade social a que estão vinculados os indivíduos, Durkheim começa a dar características próprias da sua ciência e de seu método à noção de anomia. Desta forma, para o sociólogo francês, o estado anômico é caracterizado por ausência de normas, leis reguladoras: *a sociedade não é apenas um objeto que atrai para si, com intensidade desigual, os sentimentos e a atividade dos indivíduos. Mas também é um poder que os regula* (DURKHEIM, 1987, p.303).

Portanto, quando a sociedade sofre fortes mutações, sejam elas provocadas por crises econômicas ou por mudanças na divisão do trabalho, os indivíduos se vêem envoltos por uma névoa de incertezas. Durante estas transformações, as aspirações individuais podem flutuar com maior volatilidade, pois novas normas morais serão estabelecidas. Mas é nesta lacuna, neste intervalo onde as leis reguladoras se esvaíram que reside o mal anômico. É assim que o homem, num determinado contexto histórico, pode perder de vista os parâmetros que ditam os limites do seu desejo e, portanto, do seu comportamento.

Segundo Robert Merton (1970) *apud* Meirelles (2001), a cultura de um povo dita a direção e os limites da realização pessoal: os objetivos e aspirações acompanhados das regras para atingi-los. Assim, um indivíduo não pode buscar a qualquer custo o caminho da auto-realização, pois existem normas que indicam os meios "legais" para determinado fim, as quais a maioria acata sem hesitar, pois é disso que depende a sua inserção na sociedade. Por outro lado, temos o meio social no qual este indivíduo está inserido. É este meio que dá condição para que os objetivos individuais (aqueles determinados pela cultura) sejam obtidos. Entretanto, quando ocorre um desequilíbrio entre cultura e meio social, no caso de uma crise econômica ou fragmentação das relações interpessoais provocada pela excessiva divisão do trabalho, o indivíduo pode desejar muito mais do que o seu meio social pode lhe fornecer ou, ainda e simplesmente, o meio social pode não

ser capaz de dar condições de realização às metas previamente estabelecidas pela cultura. Em suma, para Merton, a anomia é resultado do desequilíbrio entre estas duas instâncias. No seu livro intitulado *Anomie, anomia e interacción social*, o autor tenta explicar o crime, a toxicomania e a delinquência como resultado de um quadro anômico da sociedade.

Para o jovem e otimista Durkheim, este que é autor de *Da divisão do trabalho social*, a anomia é um mal passageiro que pode e deve ser superado assim que uma "nova ordem" for instaurada exercendo sua função reguladora.

Assim podemos entender a maneira pela qual o autor descreve o esquema conceitual que explica o surgimento e o fim de quadros anômicos na sociedade:

Se a divisão do trabalho não produz solidariedade, é porque as relações dos órgãos não são regulamentadas, é porque estão num estado de anomia (DURKHEIM, 1893, p.162).

Como já salientamos, nas sociedades industriais, a exacerbada divisão do trabalho leva à fragmentação das relações sociais, produzindo um forte individualismo ou um "enfraquecimento da consciência coletiva". Isso ocorre porque, segundo o sociólogo francês, a sociedade industrial carece de "solidariedade mecânica". Esta, por sua vez, seria encontrada em comunidades primitivas onde a divisão do trabalho se organiza pela idade e pelo sexo. Desta forma, as diferentes funções, por serem previamente estabelecidas, não se tornariam concorrentes; elas fariam parte do próprio quadro cultural de uma comunidade cujos ritos são respeitados por todos. Assim se sustentariam as forças reguladoras, os direitos e os deveres, ao contrário das sociedades industriais, nas quais a cultura e a divisão do trabalho estão dissociadas. Nessas comunidades mais primitivas, o desequilíbrio entre estas duas instâncias é impossível, pois se vêem tão integradas que na verdade parecem uma única entidade.

Porém, Durkheim acredita que a falta de "solidariedade mecânica", que é a causa deste desregramento, pode ser superada por meio da "solidariedade

orgânica". Isto ocorreria através do contato entre os diferentes segmentos da sociedade. Este movimento surgiria espontaneamente, garantindo o equilíbrio do corpo social e banindo o mal anômico. Quanto a isso, é preciso deixar claro que, para Durkheim, a divisão do trabalho normalmente é acompanhada de regulamentação; no entanto, existem os casos excepcionais denominados pelo sociólogo como "divisão anômica do trabalho".

Até aqui, podemos caracterizar a anomia descrita na obra *Da divisão do trabalho social* como um desregramento momentâneo provocado pela especialização crescente dos meios de produção e/ou pelas mudanças abruptas da economia. Dessa forma, a regulamentação moral necessária para conduzir de forma "saudável" o comportamento dos indivíduos tardaria a se restabelecer.

Poderíamos, contudo, propor uma inversão e afirmar que os indivíduos tardariam a reconhecer as novas normas estabelecidas; no entanto, em momento algum podemos identificar o conceito *anomia* como violação da lei.

A obra de Durkheim não nos permite a interpretação acima. Afinal, estamos falando de um quadro em que os parâmetros não existem. Segundo o autor, em tempos de grandes mudanças, o homem se vê inseguro justamente por não saber o que é certo e o que é errado. Não existe transgressão onde não existe norma. Para o indivíduo que vive a experiência anômica tudo é possível. Por isso, neste contexto, o homem pode ser afetado por crises existenciais e uma insatisfação constante que podem levá-lo à delinqüência e ao suicídio.

Vejamos, a seguir, as características vinculadas por Durkheim à noção de anomia na sua obra intitulada "*O Suicídio*". Neste estudo, o autor tenta encontrar as possíveis causas sociais para as variações dos índices de "mortes voluntárias". Desta forma, ele chega a três diferentes classificações para o suicídio: o suicídio egoísta, o altruísta e o anômico. Sobre o suicídio egoísta, o autor afirma:

[...] o indivíduo, por si só, não é um fim suficiente para sua atividade... quando não temos outro objetivo além de nós mesmos, não podemos escapar à idéia de que nossos esforços estão afinal, destinados a se perder no nada (DURKHEIM, 1897, p.260).

Segundo Durkheim, esse tipo de morte voluntária possui como característica principal das suas motivações a "ausência da atividade propriamente coletiva", uma existência "desprovida de objetivo e significado". Assim, podemos formular uma resposta simplificada à questão que nos é imposta: é evidente que o homem depende do corpo social para direcionar os seus atos e sentir-se pleno, pois, como demonstra o sociólogo francês, estes indivíduos, para os quais "a sociedade não está suficientemente presente", são afetados pela inércia e pela depressão e, muitas vezes, impulsionados pela indiferença, abrem mão das próprias vidas pelos motivos mais frívolos. Portanto, "o estado de egoísmo estaria em contradição com a natureza humana" (DURKHEIM, 1897, p.260).

O suicídio altruísta, por sua vez, atinge os indivíduos cuja consciência está "diluída" na coletividade. Esses indivíduos são profundamente ligados às regras sociais que os cercam. Se, como vimos anteriormente, a anomia é a ausência de leis, o suicídio altruísta é provocado seja pelo excesso destas, seja pela intensidade da sua coerção. São exemplos clássicos deste tipo de suicídio: o grande empresário que se mata ao decretar falência; o membro mais velho de uma comunidade indígena que abre mão de sua vida para que a sua debilidade não seja um estorvo aos mais jovens. Nesses casos, o indivíduo vê as normas que o cercam como sendo uma entidade absoluta. Ele não consegue enxergar a contingência presente nas leis.

Durkheim constatou que a taxa de suicídios em um determinado país parece variar de acordo com o ciclo econômico; durante as crises, as taxas anuais respondem com aumento significativo no número de "mortos voluntários", o que nos levaria a concluir que o homem, quando exposto a uma situação adversa, estaria mais inclinado a abrir mão da própria vida para escapar do sofrimento que lhe foi imputado. No entanto, outro fato nos leva a uma situação paradoxal: as taxas de suicídio aumentam mesmo em época de prosperidade econômica:

Tanto não é o crescimento da miséria que provoca o crescimento dos suicídios que também crises favoráveis, cujo efeito é aumentar

bruscamente a prosperidade de um país, agem sobre os suicídios da mesma forma que desastres econômicos (DURKHEIM, 1897, p.260)

Para explicar esta última proposição, Durkheim irá evocar o conceito de anomia, mostrando que o suicídio anômico é resultado de um desequilíbrio entre as necessidades do homem e os meios possíveis para suprir estas necessidades. Abaixo, demonstramos como a anomia é resultado deste desequilíbrio.

Segundo Durkheim, os animais vivem numa relação suficiente entre as necessidades e os meios, por isso, os animais, diferentemente dos homens, nunca procuram a morte. Esta diferença existe porque o homem não possui apenas necessidades corpóreas, mas também psíquicas. Então, na medida em que a sociedade, em épocas de prosperidade, perde a sua capacidade de regular os desejos individuais de ordem moral, os meios se tornam insuficientes para satisfazer o homem, pois quando o desejo é ilimitado, este próprio, por definição, é insaciável. Sobre as necessidades, afirma o autor:

[...] na medida em que dependem apenas dos indivíduos, elas são ilimitadas. Em si mesma, abstraindo-se todo o poder exterior que as regula, nossa sensibilidade é um abismo sem fundo que nada é capaz de preencher (DURKHEIM, 1897, p.313).

A última frase da passagem acima salienta que o mal anômico é, também, "o mal do infinito". Em condições econômicas favoráveis, o homem passa a ampliar as suas possibilidades de auto-realização. Geralmente, este movimento vem acompanhado de um individualismo que afastaria o homem da força reguladora da sociedade. Desta forma, sem leis que sirvam de "teto", o homem se vê capaz de aspirar a tudo; no entanto, a sua insaciabilidade, decorrente do já citado "desequilíbrio entre necessidades e meios", faz com que ele se torne um eterno insatisfeito. Quando uma estrutura normativa sofre mudanças, a conduta individual também sofre perturbações.

4.1 Roquentin: um personagem anômico

De modo a explorar as reflexões de Durkheim e suas consequências para os propósitos desta dissertação, pretendemos nesta seção apontar evidências que nos permitem classificar Roquentin, personagem criado por Jean Paul Sartre em “A Náusea”, como anômico, no sentido que o sociólogo francês atribuiu ao termo.

Dentre as características dos indivíduos denominados anômicos, podemos listar a ausência de atividade coletiva e o isolamento, além de outros secundários, tais como alto grau de instrução e ausência de sentido para existência.

“A Náusea” é um diário de Antoine Roquentin escrito a propósito de suas pesquisas históricas acerca do marquês de Rollebon. O personagem é, claro, fictício, mas, no intuito de torná-lo verossímil, Sartre afirma que seus escritos foram publicados tal como encontrados, sem nenhuma alteração. Portanto, teríamos acesso direto às anotações diárias do personagem.

No romance, Sartre descreve as experiências de seu personagem diante do absurdo existencial. Roquentin é uma figura de *status* marginal, vivendo à margem da sociedade francesa: *Em face da falta de sentido das coisas ele perde a capacidade de se comunicar e tenta com grande esforço controlar a anomia que ameaça dominá-lo nas suas anotações diárias* (BRÜSEKE, 1996, p.63).

Antes mesmo do início do diário, o leitor se depara com algumas considerações de Roquentin que subscrevem uma “folha sem data”. Nela, encontramos a seguinte passagem:

O melhor seria escrever os acontecimentos dia a dia. Fazer um diário para os considerar com clareza. Não deixar escapar as diferenças de pormenor, os factos miúdos, mesmo quando parecem insignificantes, e sobretudo ordená-los. Tenho de dizer como é que vejo esta mesa, a rua, as pessoas, a minha bolsa de tabaco, visto que foi isso que mudou. Tenho de determinar exatamente a extensão e a natureza dessa mudança. Por exemplo, tenho aqui uma caixa de cartolina que contém o meu frasco de tinta. Devia tentar dizer como é que a via antes e como é que agora a...²¹ Pois bem! É um paralelepípedo recto, sobressai dum

²¹ Neste trecho, em nota, o suposto “editor” do diário de Roquentin salienta, a propósito de uma lacuna no texto: “uma palavra deixada em branco” (em nota da p.2). No trecho selecionado, esta omissão ocorre três vezes.

fundo... Que tolice! Não há nada a dizer dela. É isto que é preciso evitar; é preciso não achar estranho o que não tem estranheza nenhuma. É este o perigo, creio eu, quando se faz um diário: exagera-se tudo, espia-se de mais, excede-se constantemente a verdade. Por outro lado, é certo que posso, dum momento para o outro - e justamente a propósito desta caixa ou doutro objecto qualquer - sentir de novo aquela impressão de anteontem. Tenho de estar sempre pronto, senão mais uma vez ela me escaparia. É preciso não... coisa nenhuma, mas registar cuidadosamente e com minúcias extremas tudo o que acontece. (p.2)

Este trecho é de grande importância para a hipótese que aqui procuramos defender.

A propósito da experiência de isolamento e de ausência de sentido existencial, Roquentin vive o que Bruseke denomina “experiência fenomenológica primária”, isto é, o personagem passa a ter a consciência de que as coisas no mundo são apenas fenômenos (matéria em movimento) e que, portanto, toda a gama de usos, valores, características e, principalmente, os nomes dos objetos são contingentes, isto é, são uma construção humana, arbitrária, resultante de um processo histórico-cultural. Não existe uma essência além dos fenômenos, e estes são meras manifestações físicas dos objetos que nos rodeiam. Por isso, ao se ver afastado deste nexos social, desta rede de sentido criada pelos homens, Roquentin passa a perder os nomes das coisas, tal como ficou evidente no trecho acima e também na passagem seguinte:

Estava então há bocadinho no jardim. A raiz do castanheiro mergulhava na terra, mesmo por baixo do meu banco. Não me lembrava, porém, que era uma raiz. As palavras tinham se evaporado, e, com elas, o significado das coisas, os seus modos de emprego, os pálidos pontos de referência que os homens lhes traçaram à superfície. (SARTRE, 1938, p.162)

Ao observar os objetos com vagar, Roquentin parece estranhá-los e perder os seus nomes. Roquentin não está isolado dos homens apenas, mas sim de todo o nexos histórico-cultural, de todo o “ser” que une e engaja os homens em suas atividades diárias. Por isso, no trecho apresentado acima, o autor nos lembra que Roquentin está perdendo o nome das coisas, o significado delas, seus modos de emprego.

Quando Roquentin afirma ter perdido as palavras e que estas são como “pálidos pontos de referência que os homens lhes traçaram à superfície”, ele está se referindo às convenções sociais, lembrando que a linguagem é uma delas, uma tentativa, ainda que frágil, de chegarmos às coisas, à realidade.

Voltando às características do personagem, curiosamente, Durkheim (1897), em seu estudo sobre o suicídio, aponta o grau de instrução do indivíduo como sendo um dos principais fatores responsáveis pelo aumento de mortes voluntárias. Quanto maior o grau de instrução maior a chance de o indivíduo abrir mão da própria vida.

Isto ocorreria porque, segundo Durkheim, o desenvolvimento intelectual facilitaria a perda do nexos social. Chama-nos a atenção o seguinte trecho de “A Náusea”, que nos permite, mais uma vez, caracterizar o personagem de Sartre como um personagem anômico. No diálogo com o funcionário de uma biblioteca, denominado por Roquentin como “Autodidata”, este diz ao personagem de Sartre:

Os homens, digo-lhe eu, os homens... o senhor não parece preocupar-se muito com eles: está sempre sozinho, sempre às voltas com os livros (SARTRE, 1976, p.94)

Para Roquentin, as normas (sociais) seriam vistas como contingentes levando o indivíduo a um quadro anômico/egoísta. O personagem de Sartre até mesmo aponta a morte como solução de seu quadro, no entanto, a idéia é abolida: Roquentin decide escrever um livro, algo que transcenda sua própria existência, na tentativa de superar a anomia.

Quando Durkheim descreve os quadros anômicos na sociedade, ele se refere à instabilidade das normas morais provocadas por mudanças sócio-econômicas. Neste momento, o indivíduo vê-se na ausência ou na mudança da normatização social, ele fica mais sensível a captar também a contingência presente nas leis, afastando-se delas.

A alienação pode ser entendida como a distância entre o homem e o contingente ou o sistema de necessidades. Uma distância que permite uma vez a reflexão, e tem nesse sentido para Hegel uma função positiva,

por outro lado pode significar o distanciamento do homem da sua natureza verdadeira (BRÜSEKE, 1996, p.63).

A falta de sentido vivida por Roquentin pode ser entendida em dois níveis. Num primeiro nível, a falta de sentido, nexos social ou *telos* vivido pelo personagem é resultado do processo de desmistificação provocado pelo mundo moderno. A ciência tomou o lugar de Deus, derrubou toda e qualquer justificação teleológico-existencial. A razão destruiu a religião e, desta forma, o principal lastro que unia os homens: *A formação do eu isolado e autoconsciente é a causa do absurdo que doma Roquentin*. Por outro lado, partindo de uma análise puramente psicológica, o personagem de Sartre adentra uma “experiência fenomenológica primária”.

Na vida cotidiana, os objetos estão envoltos numa teia que lhes dão sentido e nós compartilhamos deste nexo. Mas, para Roquentin, os objetos não possuem função, sentido e tampouco nomes. A suposta “essência”, oculta pela aparência, não existe; não existe nada além dos fenômenos. Nas palavras do personagem de Sartre: “agora eu sabia, as coisas são inteiramente o que parecem – e por trás delas... não existe nada” (Sartre, 1975, p.45).

Assim, o mundo todo nada mais é do que um movimento caótico, absolutamente gratuito. A existência é injustificável, a vida é gratuita. *O fenômeno vivenciado pelo indivíduo como existência baseia-se na experiência da anomia, é o caos que gera a existência.*

Os contemporâneos de Roquentin estão integrados num sistema de significados: se a vida tem um sentido, uma finalidade, os objetos possuem uma função e cada qual um nome. Mas Roquentin está fora desta rede de sentido e, por vezes, quando as coisas se mostram como elas realmente são, isto é, “essencialmente contingentes”, só o que resta é um embrulho no estômago. *Náusea* é também uma experiência inominável:

O estado emocional da figura literária de Sartre oscila entre a felicidade sem sentido e o medo sem nome, que, como tal, nem pode ser denominado de forma exata, transformando-se numa Náusea não definível (SARTRE, 1975, p.49).

5. A ANOMIA E O SOCIOCOGNITIVISMO DE TOMASELLO

Duas questões centrais surgem ao convocarmos o sociocognitivismo como perspectiva teórica para o entendimento dos fenômenos afásicos. A primeira, mais introdutória, seria compreender quais problemas epistemológicos (problemas que dizem respeito às condições de possibilidade do conhecimento/ da ciência) o sociocognitivismo resolve e, portanto, respondermos a pergunta “o que é o sociocognitivismo”? A segunda seria entendermos em que medida esta perspectiva nos ajuda a entrever uma relação conceitual entre as normas e os nomes, ou entre as dificuldades de nomeação e a anomia social.

Em linhas gerais, o sociocognitivismo é uma tentativa de dissipar clássicas dicotomias no campo das investigações sobre os processos de conhecer o mundo, dicotomias estas estabelecidas no centro da questão sobre o conhecimento. O nosso conhecimento sobre o mundo é inato ou adquirido? Nossas representações (imagens mentais) correspondem ao mundo tal como ele é? É possível existir conhecimento sem linguagem? A nossa linguagem é capaz de representar o mundo?

Estas questões escondem dicotomias que atravessaram toda a história da Filosofia, desde a antiguidade clássica. O mundo das ideias de Platão se opunha ao mundo sensível, assim como para Descartes o pensamento possuía uma natureza completamente diferente da realidade corpórea, ligado a ele pela tênue “glândula pineal”. Quando falamos em polos como mente/mundo, corpo/mente, linguagem/pensamento, indivíduo/sociedade, estamos falando, em linhas gerais, na distinção entre processos ditos “internos” (que se processam em âmbito individual) e “externos”, que dizem respeito ao ambiente, à sociedade, à cultura e à história.²²

²² Não estamos preocupados em fazer aqui um percurso exegético sobre a questão da dicotomia internalismo/externalismo, nossa preocupação é apenas a de apresentar o contexto histórico que possibilitou a demanda por uma perspectiva dita sociocognitiva.

O fato é que esta dicotomia secular (internalismo/externalismo) teve influência direta na construção das teorias sobre a linguagem e a cognição durante o século 20. Se nos perguntarmos então, por qual motivo a influência da dimensão social fora negligenciada inicialmente nos estudos sobre a cognição e, conseqüentemente, sobre a linguagem, a resposta se apresenta, resumidamente, da seguinte forma: o projeto cognitivista clássico pauta-se por uma radical separação entre mente e corpo, entre processos internos e externos, fruto de uma concepção cartesiana de mundo. As Ciências Cognitivas e a Linguística historicamente construíram suas teorizações tendo por base estas dicotomias. A dicotomia internalismo/externalismo influenciou vários programas de pesquisa nestas áreas. É o que constatam Koch e Cunha e Lima (2001) em artigo intitulado do “Cognitívismo ao Sóciocognitívismo”, no qual as autoras destacam que:

Os cognitivistas clássicos admitiam que a vida social constituía parte do objeto de estudo (seja a cognição/a linguagem) no entanto a crença em processos internos, universais, inatos/ transcendentais tanto do processamento linguístico quanto da cognição humana gerou uma dicotomia entre os processos ditos internos e processos externos, aqueles dos quais se ocupam sociólogos, pragmaticistas etc. (p. 254)

Sendo assim, enquanto base epistemológica, podemos afirmar que a corrente sociocognitivista pretende dissipar os limites entre internalismo e externalismo.

Como é assinalado por Koch e Cunha-Lima (2001), ao final da década de 1980 são criadas condições para o desenvolvimento de estudos que compreendam os fenômenos cognitivos como fenômenos que acontecem e se constituem na vida social:

[...] podemos dizer que a principal questão a ser enfrentada não é a de como traçar relações entre os aspectos cognitivos e os aspectos sociais que concorrem para a constituição do fenômeno linguístico, como se estes fossem aspectos que meramente se adicionam ou se conjugam na análise da linguagem humana, como se procurar compreendê-los separadamente fosse possível (p.254).

Compreender a linguagem e a cognição como sendo imbricados entre si e atrelados aos aspectos da vida social reforça nossa suspeita acerca da relação existente entre a anomia social e a dificuldade de evocar nomes. Isto porque, como veremos com Tomasello (2003), a linguagem e a cognição são construídos socialmente. Interlocutores de uma determinada língua a adquirem dentro de um “tabuleiro social”, onde estão presentes costumes, normas de conduta e rotinas que são culturalmente transmitidas, acumuladas e aperfeiçoadas:

(...) os interlocutores se movem no interior de um tabuleiro social, que tem suas convenções, suas normas de conduta, impõe condições, lhes estabelece deveres e limita a liberdade. Além disso, toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada cultura, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas (p. 285).

Para relacionarmos o fenômeno da anomia social, com a anomia enquanto déficit linguístico, é preciso entrevê-las sob o espectro de uma teoria linguística que tenha a linguagem como ação social. Toda a linguagem (salvo o caso das linguagens artificiais) é um processo imerso em relações sociais, como ressalta Morato (2001).

[...] em Linguística negligenciamos ou simplesmente deixamos de considerar que existe língua porque existem falantes e que os falantes existem em função das ações que os instam de várias maneiras e em diferentes níveis de exigência a permanecer em relação a alguma coisa e na relação com alguma coisa (p.313).

Uma vez assinalados os principais objetivos da perspectiva sociocognitiva, iremos explorar de forma mais detalhada como esta é expressa na obra de Tomasello (2003), bem como as vantagens conceituais que sua abordagem nos revela.

5.1 Os nomes e as normas

Os humanos são seres intencionais capazes de compreender seus co-específicos como seres intencionais (Tomasello, 2003, p.96)

Para Tomasello, os seres humanos são os únicos animais capazes de compreender seus co-específicos (o outro indivíduo da mesma espécie) como sendo um ser dotado de uma “vida mental”, isto é, os seres humanos reconhecem seus co-específicos como seres que pensam, sentem, desejam e, principalmente, possuem intenções. Para o autor, a habilidade de reconhecer a intencionalidade do co-específico é o fator que funda a intersubjetividade entre os seres humanos e nos possibilita, entre outras coisas, participar ativamente do processo de acumulação cultural, isto é, receber, transmitir e aperfeiçoar conhecimentos que recebemos das gerações passadas, processo este que ocorre desde os nossos primeiros anos de vida.

Dentre a gama de conhecimentos que os seres humanos construíram em seu desenvolvimento filogenético encontramos a capacidade de operar símbolos a partir de convenções sociais e, portanto, de operar uma linguagem.

No capítulo 3 da obra *“As origens culturais da Aquisição do Conhecimento Humano”*, Tomasello reconstitui a gênese do jogo simbólico no desenvolvimento ontogenético. Segundo o autor, crianças de dois anos são capazes de “utilizar um lápis como martelo”, isto é, são capazes de deslocar as potencialidades intencionais de um objeto para outro, dando origem ao que foi denominado pelo autor de “jogo simbólico”:

[...] pode-se, portanto, formular a hipótese de que, quando as crianças começam a entender os outros como agentes intencionais, e, através deles, aprendem por imitação o uso convencional dos artefatos, o mundo dos artefatos culturais fica impregnado de potencialidades intencionais que complementam suas potencialidades sensório-motoras (TOMASELLO, 2003, p.121).

A “potencialidade intencional” de um objeto assinala a sua função, o que se deseja fazer com ele. Assim, como no exemplo citado, um lápis seria um artefato

com uma função específica. Ocorre que sua função potencial (escrever) pode ser alterada e, para isso, anteriormente, é necessário que o agente o utilize com uma nova intenção, neste caso, usar um lápis como se este fosse um martelo. Porém, do ponto de vista sensório-motor o lápis possui poucas semelhanças com um martelo (ainda que estas semelhanças tenham papel na interpretação do símbolo), e por isso, para que a interpretação seja completa, o co-específico recebe pistas como o contexto de emprego para acessar a intenção do agente. Vale destacar neste processo que vários fatores contribuem para esse deslocamento da “potencialidade intencional” e, portanto, para a construção de um símbolo. Dentre eles, a convenção inicial acerca da potencialidade intencional original do objeto e seu novo contexto de emprego.

O autor ainda afirma que semelhante processo ocorreria com a linguagem: *deve-se notar também que algo semelhante ocorre no terreno das convenções sociais que não usam objetos, por exemplo, a linguagem e outros artefatos simbólicos que contêm convenções comunicativas* (Tomasello, 2003, p.121).

Neste sentido, distintas palavras de nosso léxico seriam como “artefatos” que carregariam distintas “potencialidades intencionais”. O que é de suma importância para nossa reflexão é que de forma alguma essas potencialidades intencionais poderiam ser acessadas pelos co-específicos se não houvesse nas rotinas de interação²³ dos agentes, padrões, normas, que permitam o acesso e o re-conhecimento destas potencialidades intencionais.

No caso da linguagem verbal, destacamos, por exemplo, o papel fundamental de uma **estrutura** sonora confiável (isto é, que possua um padrão capaz de ser reconhecido), o que constitui a própria materialidade da língua. É a partir deste fator elementar que nasce a possibilidade de compartilharmos os símbolos linguísticos, mostrando assim a direta relação existente entre a produção de um nome (uma palavra qualquer) e a norma (a exigência de que o nome respeite os padrões ou se enquadre em uma estrutura sonora confiável).

²³ Dentre estas rotinas de interação, Tomasello (2003) destaca o papel fundamental das “cenas de atenção conjunta” e a “imitação com inversão de papéis” na aprendizagem e construção do jogo simbólico.

Outra habilidade importante para a aquisição da linguagem descrita por Tomasello, e também diretamente relacionada a papéis normativos (nos quais certos padrões comportamentais são aceitos e replicados) é a imitação com inversão de papéis, a partir do que a criança aprende a usar o símbolo comunicativo de maneira apropriada. O resultado desse processo de imitação com inversão de papéis é um símbolo linguístico:

[...] o ponto central é simplesmente que a dimensão cultural/intencional/simbólica das representações cognitivas das crianças na primeira infância se faz sentir não só na linguagem, mas também em outras formas de atividade simbólica, e essas outras formas são mais uma confirmação de que os símbolos humanos são inerentemente sociais, intersubjetivos e perspectivados (TOMASELLO, 2003, p. 183).

Além disso, para Tomasello, a construção da referência é um ato social no qual uma pessoa tenta fazer com que a outra dirija sua atenção para algo no mundo. Segundo o autor, *a referência linguística só pode ser entendida dentro do contexto de certos tipos de interação social* (TOMASELLO, 2003, p.135). As seleções verbais e não verbais devem ser tomadas como as escolhas de perspectivas julgadas adequadas aos propósitos, pretendidos ou manifestos, dos interlocutores.

Outra consequência interessante da perspectiva teórica de Tomasello, segundo a qual a linguagem se funda na interação social, é que a construção da referência não é uma simples conexão entre as palavras e as coisas, uma relação biunívoca; o processo de referenciação já é ele próprio perspectivo, isto é, sugere e tem uma expectativa de como um determinado fato deve ser interpretado.

[...] a questão não é só que os símbolos linguísticos fornecem rótulos úteis para conceitos humanos ou até que influenciam a forma desses conceitos, embora façam essas duas coisas. A questão é que a intersubjetividade dos símbolos linguísticos humanos – e sua natureza perspectiva, que decorre dessa intersubjetividade – significa que os símbolos linguísticos não representam o mundo de forma direta, mas são utilizados pelas pessoas para induzir outras a interpretar certas situações perceptuais/conceituais (TOMASELLO, 2003, p.178).

Em suma, nos termos de Tomasello (2003), os símbolos linguísticos, além de *intersubjetivos*, são *perspectivos*, isto é, podem ser utilizados com distintas intenções comunicativas:

Na verdade, a natureza intersubjetiva e perspectiva dos símbolos linguísticos abala todo o conceito de uma situação perceptual ao colocar por cima dela as múltiplas perspectivas passíveis de comunicação para aqueles de nós que compartilham o símbolo (TOMASELLO, 2003, p.184).

Cumpre salientar, a propósito da contribuição que a perspectiva sóciocognitiva de Tomasello trás para a compreensão das afasias, que sua teoria destaca aquilo estaria preservado nos quadros de afasia, a saber, a capacidade que os seres humanos possuem de compreender seus interlocutores como seres intencionais iguais a si próprio.

6. CONCLUSÃO

Como a relação entre o desenvolvimento, a natureza e a aquisição do símbolo linguístico ou de todo o universo simbólico (uma vez que artefatos também podem ser utilizados simbolicamente), tal como ele é descrito por Tomasello, atua na compreensão de contextos patológicos em casos de afasia, mais especificamente e ajuda no melhor entendimento ou compreensão dos problemas subjacentes aos déficits afásicos tais como *agramatismo* e *anomia*?

Valendo-nos do paralelismo estabelecido por Tomasello entre a utilização de artefatos e a utilização de símbolos linguísticos, poderíamos afirmar que o afásico está de posse de uma ferramenta “deteriorada” no que diz respeito ao seu aspecto material.

Dentro da teoria interacionista assumida por Tomasello, a atividade linguística é ancorada na “sociocognição” e esta é fundada no “reconhecimento da intencionalidade de um co-específico”, indispensável ao jogo simbólico. Para o autor, a cognição social é concebida como *a capacidade de cada organismo compreender os co-específicos como seres iguais a ele, com vidas mentais e intencionais iguais às dele* (op.cit, p.7).

Partindo do pressuposto de que o agramatismo seria um distúrbio de ordem fonológica, hipótese esta levantada por Goodglass (1976) (1993) e por Kean (1985), a ausência de componentes da morfologia flexional na fala de afásicos com agramatismo comprometeria a “materialidade do símbolo linguístico”, sua “estrutura sonora”, não possuindo relação com um suposto módulo sintático ou capacidade de organização de tais componentes linguísticos que possuiriam “função gramatical”.

Não obstante a dificuldade metalinguística de operar com processos fono-articulatórios e morfossintáticos, os afásicos não perdem necessariamente a capacidade linguístico-pragmática quando tentam se comunicar, ou quando são submetidos a situações de interação na tentativa de produzir sentido,

compreender e se fazer entender. É o que mostram estudos empíricos levados a cabo por Morato e colaboradores (2005a) sobre as operações de ordem meta apresentadas por afásicos em variadas situações interativas e sobre interpretação e uso de metáforas e outras estruturas linguístico-conceituais complexas (como inferências e operações referenciais) por indivíduos afásicos e também por indivíduos com Doença de Alzheimer em estado inicial:

Temos observado, em relação às afasias, que problemas metalinguísticos *stricto sensu* (como as dificuldades de seleção lexical ou de processamento de categorias gramaticais, por exemplo) não destroem a capacidade de operar com elementos metafóricos; do mesmo modo, a instabilidade cognitiva que caracteriza os quadros de declínio cognitivo (irrelevância interpretativa, tendência para intrusões, circunlóquios, confabulações, digressões, etc.), se interfere nos gestos interpretativos requeridos no reconhecimento da metaforicidade, não parece ser capaz de explicá-los inteiramente ou mesmo de – por si mesma – impedi-los (MORATO, 2008, p.7)

Constatações como essa levam a crer que um elemento fundamental do jogo simbólico, ou seja, o da produção de sentido, não estaria ausente nos quadros de afasia.

Dito de outro modo, em relação aos quadros de afasia, a capacidade sociocognitiva de operar com elementos metafóricos (que requer que se coloque o símbolo em diferentes perspectivas e, portanto, opere com distintas intenções comunicativas) não estaria suspensa ou impossibilitada em função das dificuldades de ordem metalinguística.

Assim, a teoria de Tomasello, indiretamente, salienta o fato de que, nos quadros de afasia, a linguagem não é pura excrescência, pura patologia. Nesta mesma via, a “doença” é uma nova forma de organização do sujeito diante de suas dificuldades linguísticas, não implicando, necessariamente, em morbidez ou exclusão social. Neste sentido, lembra-nos Canguilhem (1995) que as fronteiras entre o normal e o patológico não são rígidas.

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem

equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade (CANGUILHEM , p. 91).

O conceito de *normalidade* está atrelado a um juízo de valor sobre a doença, enquanto o conceito de *normatividade* diz respeito a estrutura da doença, sua composição enquanto fenômeno. Desta forma, a anomia, enquanto sintoma afásico, poderia ser interpretada, sobretudo, não como uma “linguagem patológica”, mas como uma nova forma de organização da atividade linguística.

Sobre a relação entre os fenômenos de desregramento social (a anomia segundo Durkheim) e a anomia enquanto déficit linguístico de evocação e processamento semântico-lexical, é preciso entrever o fenômeno sob o espectro de uma teoria linguística que compreenda a linguagem como ação social, que conceba os atos de linguagem como imbricados com os atos sociais.

Neste percurso, apontamos a necessidade de inclusão de perspectivas *externalistas* dos estudos sobre a linguagem e a cognição como forma de apreender o alcance e o limite explicativo das teorizações em torno da anomia apresentadas no campo da Afasiologia.

O que tentamos no decurso deste estudo sobre a realidade semiológica da anomia foi apontar caminhos para tornar mais evidente que não apenas a convocação de elementos do campo sociológico são essenciais para uma melhor compreensão do fenômeno enquanto déficit linguístico, mas também lembrar que a anomia acarreta um “dano social” aos indivíduos anômicos, o que certamente não pode ser negligenciado por qualquer concepção de ordem pragmática ou sociocognitiva da linguagem.

O indivíduo afásico pode ser, assim, anômico em duplo sentido: no sentido que a raiz grega “*onoma*” confere ao conceito, por apresentar um problema de evocação de nomes em decorrência de uma lesão cerebral; anômico, novamente, no sentido que a raiz grega “*nomos*” confere ao conceito, por não desfrutar do ganho social que a atividade linguística pode proporcionar.

Com isso, certamente, o indivíduo anômico, afetado pelo sentimento do absurdo ou pelo “mal do infinito”, também é anômico nesse duplo sentido: por um

lado, porque não está sob o poder coercitivo das leis sociais que limitam o seu desejo, dão sentido a sua vida e o integram socialmente; portanto, anômico no sentido de Durkheim; por outro lado, sendo a linguagem um construto social, é inevitável que os problemas resultantes de uma individualização extremada, patológica, possam, tal como no caso do personagem Roquentin de “A Náusea”, colocar a linguagem sob máxima tensão, revelando-nos um de seus principais aspectos: a linguagem é um processo construído por (e imerso em) relações sociais:

As ações verbais são ações conjuntas, ou seja, usar a linguagem é sempre se engajar em alguma ação na qual a linguagem é o meio e o lugar onde a ação acontece necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações, contudo, não são realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente (KOCH, I e CUNHA-LIMA, M, 2001, p. 285).

O personagem de Sartre se vê, portanto, à maneira do afásico anômico, “desprovido de nomes”. E o que exatamente isso significa? O personagem de Sartre percebe que as coisas são exatamente o que aparentam ser, e que não existe nada por trás delas. Mas o que isto significa?

Vemos que o “nomos” (a norma, a lei) e o “onoma” (o nome, a palavra) são indissociáveis. Que o processo de significação é marcado por uma série de normas, restrições, convenções e conhecimentos prévios transmitidos, acumulados e aperfeiçoados através do tempo. A linguagem (e os nomes) não apenas possibilita ao homem o acúmulo e transmissão cultural (e, portanto, a invenção da sociedade e da história), mas ela própria carrega as marcas da ação humana ao longo do tempo, das suas formas de organização, de suas leis. Nos processos de significação (nomeação), esses conhecimentos são pressupostos. É ao negá-los, ao se ver afastado deles que Roquentin perde o nome das coisas. Reciprocamente, os nomes perdem o nexos, sociocognitivamente construído, com as referências do mundo social.

BIBLIOGRAFIA

AHLSÉN, E. Introduction to Neurolinguistics. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.

ARGIE E. H. *et al.* Regions of Neural dysfunction associated with impaired naming of actions and objects in acute stroke. *COGNITIVE NEUROPSYCHOLOGY*, 2002, 19 (6), 523-534.

BARTHES, R. Elementos de semiologia. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

BRÜSEKE, F.J. A Lógica da Decadência: Desestruturação Sócio-econômica, o Problema da Anomia e o Desenvolvimento Sustentável. Belém, Cejup, 1996.

CAMUS, A. O Mito de Sísifo. Trad: Mauro Gama. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1989.

CAPLAN, D. Neurolinguistics and Linguistic aphasiology. Cambridge (UK) Cambridge University Press, 1987.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. [1966]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARAMAZA, A.; BERND, R.S. A multicomponent deficit view of agrammatic Broca's. In : KEAN, M. (Ed). Agrammatism. New York : Academic Press, 1985.

CHANTRAINE, P. Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque. Histoire des Mots Tome III, Paris, Editions Klincksieck.

CUNHA E LIMA, M.L. Construção da referência e representação lexical : por tratamento dinâmico da semântica lexical. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.41, p.149-164, 2001.

DASCAL, M. Fundamentos Metodológicos da Linguística. Volume IV: Pragmática -

Problemas, Críticas, Perspectivas da Linguística. Campinas. IEL/Unicamp, 1982.

DELL, G.S. Models of Errors of Omission in Aphasic Naming. *Cognitive Neuropsychology*, v.21, n.2/3/4, p.125-145, 2004.

_____. *et al.* Lexical access in aphasic and nonaphasic speakers. *Psychological Review*, 104, 801-838, 1997.

_____. Models of Errors of Omission in Aphasic Naming. *Cognitive Neuropsychology*, 2004, 21 (2/3/4) 125-145.

DUHEM, P. *Física e Metafísica*. Revista Ciência e Filosofia FFLCH - Usp, n.4, 1989, p. 59.

DURKHEIM, E. (1893) *Da Divisão do Trabalho Social*. Lisboa, Presença, s/d.

_____. (1897) *O Suicídio: estudos de sociologia*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. – 5ed, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2003.

FRANÇOZO, E. *Conhecimento Lexical e Processamento de Linguagem*. Gel, Estudos Linguísticos XXXII – Comunicação/Grupo de pesquisa. Colaboradores: Leonardo Oliveira (UNICAMP), Luciana Garcia Ruiz (UNICAMP), Ana Luiza G. P. Navas (UNICAMP), Paula L. Costa Lima. Universidade Estadual do Ceará, 2003.

FREGE, Gottlob. On sense and reference, in *Translations from de Philosophical Writings of Gottlob Frege*, by Peter Geach and Max Black, B. Blackwell, Oxford, 1952.

GOODGLASS, H. *Understanding Aphasia*. Academic Press. Boston, 1993.

_____. Agrammatism. In: *Studies in neurolinguistics*, v. 2, ed. H. Whitaker & H. H. Whitaker. Academic Press, 1976.

GARRET, M. F. Production of speech: Observations from normal and pathological use. In: Le Dorze and Nespoulos. Anomia in Moderate Aphasia: Problems in Accessing the Lexical Representation. BABLE, Niagara Falls, March 1986.

GRODZINSKY, Y. Theoretical perspectives on language deficits. Cambridge (Mass.): MIT Press, 1990.

_____. The syntactic characterization of agrammatism. *Cognition*, v.20, p. 99-120, 1984.

HILLIS, A.E *et al.* Regions of neural dysfunction associated with impaired naming of actions and objects in acute stroke. *Cognitive Neuropsychology*, v.19, n.6, p. 523-534, 2002.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. [1954]. In: *Linguística e Comunicação*. Trad: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo. Editora Cultrix, 1981. P. 34-62.

JAMIE, F. M and Laura L. Murray. Functional Measures of Naming in aphasia: word retrieval in confrontation naming versus connected speech. *Aphasiology*, v. 17, p. 481-497, 2003.

KAGAN and SALING. Uma introdução à Afasiologia de Luria. Trad: Débora Pita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KAMMERER, T. In: *A querela dos Diagnósticos*. Trad. Luiz Forbes. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1989.

KEAN, M.L. Agrammatism. Orlando: Academic Press, 1985.

KOCH, I e CUNHA-LIMA, M. Do Cognitivismo ao Sócio-Cognitivismo In: *Fundamentos Epistemológicos*, v.3 / Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs) - São Paulo: Cortez, 2001.

LANTERI-LAURA, G. O empirismo e a semiologia Psiquiátrica IN: *A querela dos Diagnósticos*. Trad. Luiz Forbes. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1989.

LEBRUN, Y. Tratado de Afasia. Bruxelas. Editora Panamed, 1983.

LE DORZE and NESPOLOUS . Anomia in Moderate Aphasia: Problems in Accessing the Lexical Representation. BABLE, Niagara Falls, March 1986.

LESSER, R.; MILROY, L. Linguistics and aphasia: psycholinguistics and pragmatic aspects of intervention. London and New York: Longman, 1993.

LIDELL & ESCOTT. Greek-English Lexicon. Oxford, at the Clarendon Press, vol I.

LOVE, R. J. Neurology for the Speech-Language Pathologist, 1996.

LURIA. A. R. Fundamentos de Neuropsicologia. Trad: Juarez Aranha Ricardo. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. - São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

LURIA. A. R. Las Funciones Corticales Superiores del Hombre. Trad: Castull Pérez. Primera edición: 1977. Editorial Orbe, La Habana. Primera edición mexicana: 1986, Distribuciones Fontamara, S.A. Segunda edición: 1995.

MARCUSCHI. L.A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. Veredas, Juiz de Fora: Ed. UFJF, v.6, n.1, p. 43-62, 2002.

MEIRELES, M.M. Anomia: a patologia social na virada do milênio. São Paulo, casa do psicólogo, 2001.

MORATO, E.M. O caráter sócio-cognitivo da metaforicidade: contribuições do estudo do tratamento de expressões formulaicas por pessoas com afasia e com doença de Alzheimer, 06/2008, Revista de Estudos da Linguagem, Vol.16, Fac.2, pp.1-21, Belo Horizonte – MG, MG, BRASIL, 2008.

_____. Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa naspráticas referenciais. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A. C. (Ed.) Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. In: MIRANDA, N.S.; NAME, M.C. (Ed.). Linguística e cognição. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005b.

_____ *et al.* Sobre as afasias e os afásicos - subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de Convivência de Afásicos (Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 2002.

_____ Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v.2 / Fernanda Mussalin, Anna Christina Bentes (orgs) - São Paulo: Cortez, 2001.

NOVAES-PINTO, R. C.N. Agramatismo: uma contribuição para o estudo do processamento normal da linguagem. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

_____ Agramatismo e processamento normal da linguagem. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.32, p. 75-83, 1997.

PASHEK, GailV. Context and word class influences on lexical retrieval in aphasia. *APHASIOLOGY*, 2002, 16 (3), 261-286.

SARTRE, Jean-Paul. *A Náusea*. Lisboa: Europa-América, 1976.

SCLIAR-CABRAL, E. *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA FILHO, J.F. A semiologia, seu saber e a psiquiatria. *Cad. IPUB*, v.5, p.155-63, 1997.

TOMASELLO, M. *As origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUBERO, A.L. Parafasia: o quiproquó das palavras. In: MORATO, E.D (org.). *A Semiologia das Afasias: perspectivas linguísticas*, São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 3, p.62-102.